



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação

GRANDES REPORTAGENS;
UM OUTRO OLHAR PARA O CRIME

ALESSANDRA MOURA BIZONI

Rio de Janeiro
2005

ALESSANDRA MOURA BIZONI
GRANDES REPORTAGENS – UM OUTRO OLHAR PARA O CRIME

UFRJ
V. I

GRANDES REPORTAGENS
UM OUTRO OLHAR PARA O CRIME

ALESSANDRA MOURA BIZONI

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito à conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro
2005

Bizoni, Alessandra Moura.

Grandes Reportagens – Um outro olhar para o crime / Alessandra Moura Bizoni. Rio de Janeiro, 2005.
60 f. ;30 cm

Monografia (Graduação em Comunicação Social) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia
e Ciências Humanas, Escola de Comunicação, 2005.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

1. Reportagens. 2. Jornalismo. 3. Comunicação
Social. – Monografia.

I. Vaz, Paulo Roberto Gibaldi (Orient.). II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

CDD: 070.01

GRANDES REPORTAGENS – UM OUTRO OLHAR PARA O CRIME

Alessandra Moura Bizoni

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Banca Examinadora

Professor Doutor Paulo Roberto Gibaldi Vaz – Orientador

Professor Doutor José Amaral Argolo

Professor Mestre Daniel Welman

Aprovada em: ____/____/____

Nota: _____

Rio de Janeiro
2005

RESUMO

BIZONI, Alessandra Moura. **Grandes Reportagens** — Um outro olhar para o crime. Rio de Janeiro, 2005. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

O trabalho compara a cobertura do crime nos grandes jornais diários e o tratamento dado ao tema em livros-reportagem publicados na última década no Brasil. Embora haja um noticiário extenso, a abordagem não atende às demandas de uma certa parcela da população que deseja compreender melhor o fenômeno da violência. O estudo reúne as obras: *Abusado* — O dono do morro Dona Marta, de Caco Barcellos; *CV_PCC – A irmandade do crime*, de Carlos Amorim; *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura; e *Meu nome não é Johnny*, de Guilherme Fiúza. Como contraponto, há análise do romance-reportagem “Lúcio Flávio – O passageiro da agonia” e a obra “Crime and politics of histeria – How Willie Horton story changed american justice”, de David C. Anderson, transportando os questionamentos para outras épocas e outro contexto social.

ABSTRACT

BIZONI, Alessandra Moura. **Grandes Reportagens** — Um outro olhar para o crime. Rio de Janeiro, 2005. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

This study compares the crimes' covering of the greatest diaries newspapers and how the subject is boarded in books-news articles published in the last decade in Brazil. Although there's an extensive reporter, the boarding doesn't correspond to the demands of parcels of the population that wishes to understand more of the violence's phenomenon. This study collects the works: *Abusado - O dono do morro Dona Marta*, by Caco Barcellos; *CV_PCC - A irmandade do crime*, by Carlos Amorim; *Cidade Partida*, by Zuenir Ventura; and *Meu nome não é Johnny*, by Guilherme Fiúza. As counterpoint, there's the analysis of the romance-news article “Lúcio Flávio – O passageiro da agonia” and the publication “Crime and politics of histeria – How Willie Horton story changed american justice”, by David C. Anderson, carrying the questionings to other times and other social context.

DEDICATÓRIA

A minha mãe (*in memoriam*),
a minha família,
com todo o carinho.

AGRADECIMENTOS

A minha prima Alba Valéria Pegas, pelo auxílio em todas as horas.

Aos meus colegas de profissão Andréa Antunes, Bruno Aires, Paulo Chico, Viviana Assunção e Débora Thomé, pelo companheirismo e pelo entusiasmo.

Aos jornalistas Carlos Amorim e Guilherme Fiúza que prontamente se dispuseram a colaborar com este trabalho.

Ao professor Paulo Vaz, com quem aprendi muito nos últimos meses, agradeço o apoio, a compreensão e a paciência.

A todos os professores da Escola de Comunicação da UFRJ que contribuíram para minha formação, agradeço pelos longos anos de convivência.

Ao bibliotecário Rogério Lima Vianna, pelo auxílio e apoio técnico.

“A experiência é uma chama
que só ilumina queimando”
(Benedito Pérez Galdés)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA COBERTURA POLICIAL	02
2.1 UM ÍDOLO DO MAL	02
2.2 O PASSAGEIRO DA AGONIA	04
2.3 A REPORTAGEM POLICIAL	05
2.4 DO MARGINAL AO VAGABUNDO	07
3 CAPÍTULO II – A ESCALADA DO CRIME	10
3.1 O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA	10
3.2 A ORIGEM DO MEDO	11
3.3 A MUDANÇA NO ENFOQUE DA MÍDIA	14
3.4 A COBERTURA DO CRIME	16
4 CAPÍTULO III – AS GRANDES REPORTAGENS	17
4.1 OBJETO DE ESTUDO	17
4.2 O LIVRO-REPORTAGEM	18
4.2.1 Um breve histórico	18
4.2.2 A definição de livro-reportagem	19
4.3 ABUSADO – O DONO DO MORRO DONA MARTA	24
4.3.1 A vida de Marcinho VP	25
4.3.2 Um perfil que se transforma em denúncia	27
4.3.3 O contraste com a cobertura usual	28
4.4 CV_PCC – A IRMANDADE DO CRIME	29
4.4.1 Um ensaio sobre a “escalada do crime”	32
4.4.2 O contraste com a cobertura usual	33
4.5 CIDADE PARTIDA	34
4.5.1 O repórter como testemunha	35
4.5.2 Na vanguarda da reportagem	36
4.6 MEU NOME NÃO É JOHNNY	38
4.6.1 Um filme de ação	39
4.6.2 O caminho das drogas	40
4.7 WILLIE HORTON – UM OUTRO CONTEXTO SOCIAL	41
4.7.1 Entre a reportagem e o ensaio	44
4.8 UMA ANÁLISE COMPARATIVA	45
5 CONCLUSÃO	48
6 REFERÊNCIAS	50
7 ANEXO	52
7.1 ANEXO A	52
7.2 ANEXO B	54

1. INTRODUÇÃO

Das páginas policiais para as manchetes dos jornais e, finalmente, chegando às prateleiras das grandes livrarias — o crime galgou sua escalada nos meios de comunicação. Nas últimas décadas, não só o Brasil como grande parte do mundo ficou mais violento. O fenômeno social que ficou conhecido como “a escalada do crime” se refletiu nos diversos meios de comunicação, cuja forma de retratar esses eventos também se transformou.

Inicialmente restrita a jornais populares e programas de rádio e televisão de cunho sensacionalista, a reportagem policial foi gradativamente ocupando mais espaço no noticiário dos ditos “jornais sérios” nas grandes revistas semanais, nos programas informativos de rádio e nos telejornais. De fato extraordinário, esse tipo de noticiário passou a fazer parte, pelo menos nos grandes centros do Brasil, do dia-a-dia dos cidadãos.

Especificamente na última década, surgiu uma série de títulos tendo como principal aspecto ou como pano de fundo o mundo crime. Caco Barcellos (Rota 66 e Abusado), Paulo Lins (Cidade de Deus), Hiroito de Moraes (Boca do Lixo) e Ferréz (Capão Pecado e Manual Prático do Ódio) são exemplos deste tipo de obra.

Embora muitas destas obras sejam depoimentos, autobiografias ou simplesmente ficções, parte expressiva delas é de caráter documental e constitui grandes reportagens policiais. Utilizando-se uma nomenclatura mais atual, é possível classificá-las como livros-reportagem de jornalismo investigativo.

O objetivo deste estudo é analisar o porquê da multiplicação de livros-reportagem de jornalismo investigativo no mesmo momento em que a violência e o crime figuram cada vez mais nos meios de comunicação de massa. Se a cobertura da violência saltou das páginas policiais e noticiários locais para as manchetes dos jornais e os programas de rede nacional, por que ela reaparece trabalhada de forma mais minuciosa e detalhada nessas obras?

Para responder a essa pergunta, serão analisadas, em sua forma e em seu conteúdo, quatro grandes reportagens sobre o crime, publicadas nos últimos dez anos. São elas: Abusado — O dono do morro Dona Marta, de Caco Barcellos; CV_PCC – A irmandade do crime, de Carlos Amorim; Cidade Partida, de Zuenir Ventura; e Meu nome não é Johnny, de Guilherme Fiuza.

Ao exame das obras, se somará uma crítica da cobertura do crime e da violência apresentada nos meios de comunicação de massa, em especial nos jornais diários, calcada em pesquisas acadêmicas empíricas e em trabalhos de teóricos da comunicação que têm analisado a relação entre mídia e violência, principalmente nas últimas décadas.

A partir deste contraponto, pretende-se estabelecer as diferenças entre os distintos tratamentos dados ao mesmo tema, buscando apontar os pontos de oposição e as zonas de intersecção no tratamento do mesmo material noticioso nos diferentes meios (jornais e livros-reportagem).

Redundância, mudança de enfoque, “espetacularização” e complementação de mídias podem ser caminhos apontados para explicar tal comparação. No entanto, o estudo propõe uma investigação mais profunda da adequação da cobertura policial feita pelos jornais diários à complexidade da questão nos dias atuais, levando em conta as implicações sociais e políticas deste processo.

Para encontrar respostas para tais questionamentos, o trabalho elaborará três estratégias comparativas. Inicialmente, será feita uma confrontação do crime dos dias atuais com o de outra época da história, com base no romance-reportagem “Lúcio Flávio – O passageiro da agonia”. Publicado originalmente em 1975, o livro foi um dos primeiros exemplares do gênero romance-reportagem no Brasil.

Em seguida, serão definidas efetivamente semelhanças e diferenças entre a cobertura das questões do crime e da violência em jornais diários e o retrato apresentado nos livros-reportagem que serão objetos de estudo. Nesse sentido, faz-se necessário o desenho das mudanças do crime para acompanhar os reflexos e implicações desta transição na reportagem policial, seus problemas de ordem operacional e suas implicações políticas.

A estratégia final será o estudo da obra “Crime and politics of histeria – How Willie Horton story changed american justice”, de David C. Anderson, que transportará os mesmos questionamentos para um outro contexto social. Trata-se de uma reportagem sobre a forma como as políticas de combate ao crime e aos criminosos se tornaram questão decisiva nacionalmente nos processos políticos dos Estados Unidos.

Complementar a cobertura diária, aprofundar a discussão do tema ou simplesmente dar voz a setores da sociedade marginalizados na cobertura usual podem ser deduções que ilustram apenas alguns dos diferenciais encontrados na comparação entre os livros-reportagem e o trabalho dos jornais.

Para além de críticas e levantamentos de deficiências, este trabalho pretende trazer à luz do meio acadêmico as contribuições possíveis para o aprimoramento da discussão ampla e abrangente sobre a representação da violência no Brasil, especialmente nos meios de comunicação de massa e, por conseguinte, no imaginário social.

Traçar as implicações históricas, políticas e sociais desta prática é fundamental para a realização de um jornalismo cívico que prima pela multiplicidade de atores sociais e pela construção democrática do noticiário socialmente relevante para o nosso contexto social histórico e cultural.

2 CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA COBERTURA POLICIAL

2.1 UM ÍDOLO DO MAL

Quem via o jovem branco, de cabelos castanhos claros e olhos verdes, não podia imaginar do que ele era capaz. Bem-educado, filho de classe média baixa, ele deixou o subúrbio de Bonsucesso e passou ocupar as manchetes dos jornais no final de década de 60 e

no início da década de 70. Era ninguém menos do que Lúcio Flávio Vilar Lício, assaltante de bancos e ladrão de carros que virou lenda no Brasil.

Um ídolo do mal. Esse foi o perfil construído pela mídia para Lúcio Flávio durante uma década de atuação no crime. No entanto, ela tinha “bons princípios” e um código de conduta. Só assaltava bancos. Nunca tirava dinheiro de trabalhadores. Da mesma forma, só usava de violência ou matava quando era necessário. Jamais usou de mentira para implicar companheiros de aventuras, nem se dobrou aos castigos físicos nas sessões de tortura ocorridas nas diversas vezes em que foi preso.

Tudo começou quando o menino desejou ter um carro e lançou mão do primeiro que encontrou. Tudo começou quando a polícia o prendeu e não teve condição de dar-lhe o encaminhamento devido. O garoto que necessitava de orientação, de apoio e até mesmo carinho foi esmagado pela violência. Ao erguer-se, com as marcas das pancadas no corpo e no rosto, era outro homem, era o próprio criminoso. Em vão os apelos dos pais; distantes daquele moço dominado pelo ódio os dias alegres da infância em Minas, quando imaginou tornar-se vereador, poeta, pintor ou padre (LOUZEIRO, 1975. p.33).

Pelo perfil do criminoso traçado no livro “Lúcio Flávio — O passageiro da agonia”, de José Louzeiro, percebe-se o tom romancado da narrativa. Mais do que a biografia do famoso assaltante, o autor descreve a trajetória de um verdadeiro herói de histórias em quadrinhos (como o próprio Lúcio Flávio vai se definir ao longo do romance) que escapava como água das mãos da polícia.

No trecho acima, já fica evidente o papel da polícia e do aparato do Estado: são os vilões da história. Envolto numa articulada trama de corrupção e vítima do sistema penal que acaba piorando a índole dos prisioneiros, Lúcio Flávio tem fundamentos para amparar sua conduta num realismo psicológico, justificando assim seu desvio de conduta.

Justamente por apresentar estas características, o romance-reportagem que traça a trajetória de Lúcio Flávio foi escolhido para exemplificar a forma como os meios de comunicação tratavam o crime em décadas passadas, quando a realidade socioeconômica do país era outra e os indicadores de violência eram muito diferentes dos de hoje em dia.

Publicado em 1975, o título foi um dos primeiros do gênero romance-reportagem no Brasil. Em 1976, virou filme, o que tornou ainda mais popular a história do assaltante de bancos, que, quando foi preso pela última vez, tinha uma pena que ultrapassava 200 anos.

Se a quadrilha, composta pelo próprio irmão Nijini Renato, pelo cunhado Fernando C. O., e colegas seus, como Horroroso e Portuguezinho, demonstrava o caráter ainda amador e desarticulado dos criminosos — tema que será explorado adiante —, os sobreviventes de seu bando que foram presos estarão, no final da década de 70, participando da fundação da Falange Vermelha que, posteriormente, ficaria conhecida como a facção criminosa Comando Vermelho.

É de forma metafórica que Lúcio Flávio termina. Morto por um companheiro de cela no presídio, o menino revoltado é vítima não só do sistema excludente e da corrupção da polícia, mas também do próprio crime, dos próprios delinquentes. É vítima, enfim, de uma crescente espetacularização que protagonizou, mesmo que à revelia.

2.2 O PASSAGEIRO DA AGONIA

O subtítulo “O passageiro da agonia” ilustra a forma com que o crime se apresenta na vida de Lúcio Flávio, que pertencia à classe média baixa. A delinquência aparece em sua vida na juventude e a entrada para o mundo do crime é mais um ato de rebeldia do que uma alternativa de sobrevivência a condições adversas.

Ladrão de carros e, posteriormente, assaltante de bancos, organiza seu bando entre amigos que faz no submundo do crime. No entanto, o amadorismo de suas atividades se evidencia pelo forte componente familiar. Fazem parte de seu grupo o irmão, o cunhado e amigos de infância.

Mesmo desfrutando de grande notoriedade em suas diversas passagens por presídios, sua capacidade de criar bandos e sua influência no mundo do crime podem ser, se não questionadas, pelo menos, minimizadas, uma vez que trabalha essencialmente com família. Contudo, cabe ressaltar que ele, isoladamente, tem ligações com outras quadrilhas de desmanche de carros em outros estados.

A agonia também é apresentada com a inquietação de Lúcio Flávio com relação à desconfiança da inocência de um amigo de infância que ele assassina por suspeitar de uma traição (Era a aplicação da lei do crime).

Um caráter “romântico” do personagem é ilustrado por planos de mudar de vida e fugir com a família para outro país para, aí sim, construir uma vida digna e honesta. Outro aspecto é o ressentimento pelo transtorno que causou aos pais, não apenas por ser criminoso, mas também por ter levado o irmão mais novo — morto numa troca de tiros com policiais — para a vida do crime.

De toda forma, a denúncia essencial é com relação à corrupção da polícia que, por vezes, atribuía a Lúcio Flávio crimes que ele não tinha cometido e, até mesmo, roubava o produto de seus roubos. A conduta policial relatada também demonstra permissividade nas diversas fugas do protagonista e no tratamento dispensado a quem pagava propina dentro dos presídios.

Por fim, há uma crítica ao sistema penal que, conforme as descrições, não recupera seus presos. Pelo contrário, os submete a condições subumanas de sobrevivência e à tortura física e psicológica.

A espetacularização de sua figura o incomodava e ele demonstrava isso a policiais e até mesmo à imprensa. Porém, na época, essa evidência na mídia não chegava a atrapalhar suas atividades, uma vez que não havia uma plena integração dos diferentes tipos de comunicação. Mesmo publicações e programas de televisão — através dos quais poderia ter sua imagem reconhecida — não apresentavam grande perigo porque a circulação nacional não era plena e parte significativa da população, principalmente as camadas mais baixas, não tinha acesso a esses meios de comunicação.

Ao falar com os repórteres na última vez em que foi preso, Lúcio Flávio declarou:

... saibam todos, que já não tenho mais o que explicar a respeito de mim mesmo. Fiquem cientes de que jamais teremos conhecimento

total da verdade. O que já disseram de mim, do que fiz e não fiz, tá nos jornais. Verdade e mentira, uma ao lado da outra. Nunca me preocupei com isso. O que sou, o que poderia ter sido, jamais saberei. O criminoso aqui atrai a atenção pela audácia demonstrada. Não é o montante de dinheiro que tira de um banco que desperta curiosidade. É a aventura que terminou para os bem comportados... (LOUZEIRO, 1975. p.190).

O caráter folhetinesco dos jornais sensacionalistas e a crescente espetacularização da reportagem policial, na época, podem ser percebidos no seguinte trecho, coletado na última vez em que o personagem foi capturado.

... abriu um jornal, pôs-se a ler, exatamente na página em que eram enumeradas as peripécias de Lúcio Flávio, considerado o mais perigoso assaltante do país e que havia fugido pelo menos 20 vezes dos presídios mais seguros. As descrições das fugas prestavam-se à inclusão de lendas e fatos que na verdade nunca ocorreram. A imaginação dos repórteres levava-os a transformá-lo numa espécie de herói de gibi como o próprio Lúcio dizia (LOUZEIRO, 1975. p. 173)

2.3 A REPORTAGEM POLICIAL

Na década de 1970, no auge da última Ditadura Militar do Brasil, a reportagem policial ganha contornos diferentes. Em meio à incisiva censura política, as páginas policiais, comuns a jornais de cunho popular, se multiplicam nos ditos jornais sérios. Ainda impregnado com um tom folhetinesco — onde a fronteira entre realidade e ficção parece tênue — o crime assume gradativamente um status irreversível de espetáculo.

Para explicar tal fenômeno é preciso articular uma série de elementos constituintes do referido modo de pautar a cobertura policial. O primeiro deles é o crime, que pode ser entendido como violação do código (escrito ou não) que define ações consideradas ilícitas numa sociedade e estabelece sanções a serem aplicadas aos transgressores (WILLENS, 1950). Por outro lado, “a definição de crime está inscrita em uma instância de poder fora da do jornalismo policial, mas que vai ser apropriada por este: fazer algo ilegal é tornar-se criminoso: ser criminoso, por seu lado, é poder ser notícia” (ALVES, 2001. p. 14).

Como o usual não é o crime e sim a ordem, o discurso do jornalismo policial se aproxima do folhetinesco, numa tentativa de humanizar os acontecimentos e, com a estratégia, despertar interesse imediato do leitor. Desse modo, a linguagem do jornalismo policial cria e se apropria de uma série de clichês deste gênero de literatura. “Antes do ser histórico, no jornal policial o marginal é referido como um ser trágico (aquele que nega a história, que opõe a toda racionalidade a sua pulsão caótica, o seu desvario)” (ALVES, 2001. p. 15).

Desse modo, a reportagem policial se apóia constantemente no “fait divers”. O conceito, por sua vez, recebe a seguinte definição:

Diz-se de notícia que desperta interesse do leitor por implicar rompimento insólito ou extraordinário do curso cotidiano dos acontecimentos. Assim, o crime passional, a briga de rua, o atropelamento, o assalto, são “fait divers”, narrativas típicas do

jornalismo sensacionalista e popularesco. Roland Barthes transforma o termo em conceito semiológico para dar conta das notações muito aberrantes do real. Deste modo, é *fait divers* o acontecimento caracterizado pela perturbação de uma causa. (p.ex.:, médico assassina moça com o estetoscópio) ou pela anomalia (ganhou na loteria quarenta vezes). O *fait divers* converte-se, a partir daí, numa "grade" de sentido, através do qual o discurso jornalístico maneja uma certa idéia de destino (BARBOSA, RABAÇA, 2001. p. 314).

Completam o quadro de construção deste tipo de notícias os tecidos ficcionais com os quais os *fait divers* são costurados na composição das manchetes dos jornais populares. Na realidade, a ficcionalização é utilizada como um dos recursos para captar a atenção do leitor e despertar-lhe identificação e comoção.

De forma similar à literatura de ficção, a reportagem jornalística estrutura-se na forma de relato narrativo. A diferença é que, enquanto na ficção o fio condutor da narrativa vai ser desempenhado pela imaginação do autor, na reportagem a informação de um acontecimento é que vai realizar esse papel. O relato narrativo na reportagem pode acontecer de forma objetiva ou, eventualmente, pode permitir a inclusão do narrador. É muito fácil verificar a opção pelo narrador onisciente nas reportagens policiais, principalmente nos veículos sensacionalistas que trabalham com a projeção-identificação do leitor (SODRÉ, FERRARI, 1986. p. 18).

Embora presente freqüentemente desde a década de 1920 nos jornais populares, é somente na década de 1960 que a reportagem policial ganha um espaço cativo nesses veículos. E como já foi dito, amplia seus espaço para os ditos "jornais sérios". Inserida neste contexto, a história de Lúcio Flávio não podia ser transmitida, à época, de forma que não um romance-reportagem.

A temática do banditismo urbano e de sua repressão policial violenta sai definitivamente dos jornais populares e sensacionalistas, onde estivera contida até os anos 60, para as publicações lidas pelas elites. Jornais que jamais destacaram a criminalidade comum, como *Jornal do Brasil* e *O Globo*, passam a contratar repórteres especializados e a aumentar a editoria de polícia (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Essa característica, entretanto, não diminui o caráter documental da trajetória de Lúcio Flávio e sim o enriquece, na medida em que torna a obra mais fiel ainda ao seu tempo.

A partir de 1969, no período mais repressivo do regime militar, desenvolve-se um tipo de literatura policial, de grande vendagem, escrita principalmente por jornalistas, que reúne ficção e romance documentário. O romance *Esquadrão da Morte*, de Amado Ribeiro e Pinheiro Jr., dois dos mais importantes jornalistas policiais do Rio de Janeiro na década de 50, publicado em 1969, marca o início dessa corrente. Reconstroí, com os personagens policiais reais - o famoso *Le Cocq* entre eles (e com um "marginal" que, segundo os autores, "não é ficção pura", o negro Minuano) o ambiente social e policial do final dos anos 50, início dos 60, que deu origem à alcunha que se celebrizou, em todo o mundo, para designar grupos de policiais orientados para matar bandidos (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Ainda com relação ao estilo, nestas obras que reúnem ficção e romance documental, uma das características que predominam é a forma narrativa. Diante deste contexto, a reportagem é encarada como uma extensão da notícia e como um dos gêneros jornalísticos. “Narrativa, sabe-se, é todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado”. (SODRÉ, FERRARI, 1986, p.11). O raciocínio segue mais adiante:

... quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz, aí, um germe de narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o que, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem (SODRÉ, FERRARI, 1986, p.14).

Também podem ser apontados nestas reportagens aspectos como a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade dos fatos. No entanto, é preciso frisar que algumas destas características poderão parecer com maior ou menor destaque, conforme o assunto do qual gira a reportagem. Trata-se de um modelo de reportagem chamado “reportagem de ação (*action story*)”. “... a reportagem de ação (*action story*) cuida do relato de uma maneira movimentada, começando ‘...sempre pelo fato mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes’, de tal sorte que o leitor ‘fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme’ ” (SODRÉ, FERRARI, 1986, p.45).

2.4 DO MARGINAL AO VAGABUNDO

Em um dos capítulos de sua tese de doutorado “Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”, o historiador Michel Misse discute as tradições do banditismo urbano no Rio de Janeiro, questionando as características presentes naqueles personagens que realmente resultam de acumulação social ou invenção da sociedade.

Para tanto, o historiador faz uma análise de termos designados para retratar os indivíduos fora da lei. Seu estudo começa na segunda metade do século XIX, ainda nos tempos do Império. Naquela época, quem assustava a sociedade eram “as maltas” — grupos organizados formados por capoeiras, que tinham suas roupas, suas insígnias e sua identidade. “Formada por três, vinte ou até mesmo cem indivíduos, a malta era a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres pobres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX” (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Com a proclamação da República, o novo Código Criminal transforma a prática da capoeira de simples contravenção em crime, agravado se existir formação de grupo ou malta. Em seguida, as maltas foram maciçamente reprimidas no primeiro governo republicano. Desse modo, os capoeiras ressurgem somente em 906, com a Revolta da Vacina, e de forma isolada. Logo depois, surgem os “malandros” e ‘valentes”, que ficam concentrados geograficamente no Morro da Favella (o atual Morro da Providência, a primeira favela do Rio de Janeiro), na Lapa, no Estácio e no Buraco Quente, do Morro da Mangueira.

Ao longo do século XX, a apropriação social destes conceitos também sofre modificações. Ao final de sua análise, o historiador conclui que a oposição entre “malandros” e trabalhadores ou homens “sérios”, que marcou o início do século, transferiu-se, com novas dimensões, para a oposição entre trabalhadores pobres e humildes versus bandidos ou

"marginais" e, atualmente, para a oposição entre trabalhadores honestos versus bandidos, traficantes ou "vagabundos".

Dentro desta perspectiva, os últimos marginais foram os assaltantes que, na virada dos anos 1960 para os 1970, em paralelo, mas também sob o efeito-demonstração da eficácia da guerrilha urbana nos assaltos a banco, passaram a adotar também essa modalidade de assalto. Por sua vez, o estudioso frisa que já existiam assaltos a bancos antes da empreitada guerrilheira do final dos anos 1960. É neste período que o autor enquadra Lúcio Flávio e o grupo que o acompanhava.

As quadrilhas de "marginais" como Fernando C. O. e Lúcio Flávio Lírio, especializadas no roubo de carros e egressas da classe média baixa suburbana, ou as de Nanai Apolinário, Saldanha, Japonês e Paulo Grande, especializadas no roubo a bancos e egressas da Baixada ou dos Conjuntos da CEHAB, atuaram principalmente entre 1969 e 1975 e foram incursas na mesma Lei de Segurança Nacional aplicada à esquerda armada. Nas penitenciárias, eles se distinguem dos marginais sob o rótulo interno de "os lei de segurança". Estão numa posição intermediária entre o marginal dos anos 50/60, de extração social favelada, e o guerrilheiro "terrorista" dos anos 70, oriundo da classe média, uma posição que vai obtendo, dentro das penitenciárias, o respeito receoso dos antigos marginais e um misto de curiosidade, medo e desprezo por parte dos guerrilheiros (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

A classificação no rótulo de "marginal" denota, ainda, uma falta de organização e o caráter amador das ações desses elementos. No entanto, a mudança já significa uma passagem dos gatunos para os assaltantes armados. No trabalho analisado, Michel Misse cita, nesse sentido, um artigo de 1951, de Silvio Terra, que hoje dá nome à Academia de Polícia do Rio de Janeiro, no qual a possibilidade de existência de crime organizado no Rio era contestada.

Não temos quadrilhas de infratores da lei, nunca as tivemos, que pudessem, efetivamente, merecer essa designação. Tivemos e temos bandos de delinqüentes sem organização, sem tirocínio e sem chefes. Temos grupos escassos de malfeitores, aos quais a polícia, por sua falta de habilidade e orientação, confere cartaz (TERRA, 1951).

Porém, em junho de 1960, a situação parece se agravar e um trecho do jornal popular O Dia já clamava por providência das autoridades, fazendo uma analogia com os gangsteres de Chicago, popularizados pelos filmes de Hollywood.

O Rio de Janeiro se transforma em cidade do crime. O gangsterismo que deu triste celebridade a Chicago, começa a exibir-se nesta outrora pacífica metrópole - o Governo tem o grave dever de dotar a Polícia de meios suficientes para defender a população. Diante da pressão da opinião pública impressionada com a onda de crimes que vem alarmando a população da cidade, as autoridades estão cogitando de lançar uma campanha enérgica de prevenção e repressão. O povo não quer mais promessas, o que se exige é ação. A população não pode continuar à mercê dos criminosos, que vêm no Rio o paraíso para as suas atividades (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Finalmente, o trabalho descreve que, em 1971, a espetacularização da violência já pode ser comprovada a partir de relatos de estudiosos do assunto, como o jornalista Adriano Barbosa: “Assaltos a bancos, roubo de carros, tráfico de tóxicos e assassinatos de motoristas da bandeira dois. A cidade abandonada à mercê dos marginais. O Rio estava quase na temperatura de Chicago na década de trinta. O crime organizado surpreendia e superava a ação repressiva” (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Entretanto, vale ressaltar que já no final da década de 1950, estudantes e correntes progressistas, a partir de influências da esquerda européia e do Realismo Italiano, passam a enxergar em bandidos e marginais, principalmente os assaltantes de “instituições que representam o grande capital”, uma áurea heróica, de revolta contra o sistema.

A temática da criminalidade sofre uma nítida inflexão nos anos 50, mas sua expressão estética e cultural, à esquerda, recupera a tradição positivamente apreciada dos malandros e valentes. Em 1958, o teatrólogo G. Guarnieri lança a peça Gimba, Presidente dos Valentes (Guarnieri, 1967), no interior de um projeto cultural da UNE de valorizar a cultura popular e suas formas de resistência à tradicional normalização repressiva das favelas (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

A figura de Lúcio Flávio vai ser recebida em alguns setores da sociedade dentro desta ótica uma vez que sua geração e a de seus comparsas foi um divisor de águas entre os foras-da-lei que carregam algum romantismo em sua trajetória. Em função da conjunção histórica foram enquadrados junto com os guerrilheiros dos anos 1970 na “Lei de Segurança Nacional”.

Nas penitenciárias, eles se distinguem dos marginais sob o rótulo interno de “os lei de segurança”. Estão numa posição intermediária entre o marginal dos anos 50/60, de extração social favelada, e o guerrilheiro “terrorista” dos anos 70, oriundo da classe média, uma posição que vai obtendo, dentro das penitenciárias, o respeito receoso dos antigos marginais e um misto de curiosidade, medo e desprezo por parte dos guerrilheiros (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Posteriormente, à medida que a criminalidade aumenta nas décadas de 1980 e 1990, com a vinculação ao tráfico de drogas, surgem novas nomenclaturas. Os tipos sociais são crescentemente metamorfoseados em novos tipos, que sintetizam sintomaticamente os significados dos tipos anteriores, acrescentando-lhe novas doses (que serão progressivamente crescentes) de organização e de violência: são os “vagabundos”, rótulo que se aplica indiferentemente ao traficante, ao assaltante, ao pivete, ao seqüestrador.

Esse novo tipo social, curiosamente, é designado por um atributo muito antigo, mas ressignificado: é um rótulo usado indiferentemente nas comunidades pobres, pelos próprios bandidos e pela polícia, como equivalente a “bandido”, mas raramente pela imprensa e pela representação social. Essas preferem o rótulo “traficante” ou simplesmente “bandido”. O rótulo de “marginal” cai, aos poucos, em desuso, e a partir do início da década de 80 praticamente desaparece, sintomaticamente na mesma época em que as teorias sociológicas da marginalidade estão também começando a entrar em declínio (MISSE, PUC-Rio, vol.6).

Por fim, Michel Misse explica que os “vagabundos” são, principalmente, mas não só, os participantes do “movimento”, nome dado ao mercado de venda a varejo de drogas e à

generalização de redes de bocas-de-fumo e de quadrilhas nas favelas e conjuntos da cidade, que se deu a partir de meados da década de 1970.

3 CAPÍTULO II – A ESCALADA DO CRIME

3.1 O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA

Nas últimas duas décadas, a violência ganhou novos contornos no Brasil. Os índices de violência cresceram assustadoramente. “Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), nos últimos 24 anos, 550 mil pessoas foram mortas somente por armas de fogo no Brasil, num crescimento de 400%. Hoje, o Brasil só perde para a Venezuela em morte por armas de fogo. De 1980 a 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados”¹.

Nesse mesmo ritmo, a cobertura da violência pela grande imprensa se transformou. Na medida em que o crime deixou de ser pontual, pulverizado e voltado para instituições (bancos e joalherias) e pessoas de comunidades carentes, o tema ficou restrito às manchetes de jornais populares. No entanto, aos poucos, a violência passou a atingir os cidadãos de classe média e alta e o descontrole da situação por parte das autoridades conferiu um caráter aleatório da periculosidade. Desse modo, para estar a salvo de tiroteios, assaltos, seqüestros, crimes contra a pessoa é preciso investir enormes quantias em segurança privada.

O processo ocorrido essencialmente na década de 1980 ficou conhecido como “A escalada do crime”. O acirramento das desigualdades sociais, o aumento de índices de violência contra a pessoa, aliados ao desencontro de políticas públicas e ao aumento do consumo de drogas (em 2003, o Brasil perdia apenas para os Estados Unidos em consumo de drogas) contribuíram para o patamar alarmante da violência em nosso país.

Contudo, esse processo de “escalada do crime” foi acompanhado de um crescente sensacionalismo na grande imprensa. Em função de sua audácia para com as autoridades, traficantes passaram a ocupar as primeiras páginas até mesmo dos ditos “jornais sérios” e também grande parte do tempo dos principais telejornais e programas radiofônicos.

No entanto, esse cenário que apavora os cidadãos de classe média não é exclusividade do Brasil. Nas últimas décadas, o mundo ocidental, em geral, se tornou mais violento, com o aumento da venda e circulação de armas, somado a distorções de convívio social e desequilíbrios comportamentais gerados pela vida moderna (índices da OMS apontam as doenças mentais como depressão e síndrome de pânico como algumas das principais patologias do século XXI).

Muito desse sentimento de insegurança surge em função do tratamento dado pela mídia à questão do sofrimento. Na dita “sociedade do espetáculo”, onde a privacidade parece ter desaparecido, até mesmo em nome da própria segurança da população, a mídia cria lugares e discursos sobre vítimas da violência que circulam e retroalimentam um ciclo vicioso que serve a interesses econômicos e políticos.

A partir de dados históricos, ensaios sobre a relação da mídia com a violência, pesquisas acadêmicas e dados oficiais, este trecho do trabalho tentará explicar como o crime deixou de ser encarado como transgressão à norma e passou a ser visto como possibilidade de risco à vida, em última instância.

No entanto, é preciso ressaltar as especificidades do caso brasileiro que torna ainda mais dramática a apavorante relação das audiências de classe média com os diversos discursos sobre a violência, cujo espaço na grande mídia não pára de crescer. Para tanto, é preciso fazer um resgate do problema da violência e do medo no Brasil.

¹ A taxa de homicídios dos países da Europa Ocidental é de aproximadamente 3 por 100 mil e a dos EUA é de 5 por 100 mil. Estudo comparativo de Luc Dowdney (Crianças no Tráfico, 7, Letras, 2003), mostrou que se morre mais por arma de fogo no Rio de Janeiro do que em países que estiveram em conflito armado como Iugoslávia, Sierra Leoa, Afeganistão, Uganda, Israel e Colômbia (RAMOS, 2005).

3.2 A ORIGEM DO MEDO

De braços abertos para a cidade maravilhosa e de olhos fechados para a realidade de comunidades carentes — principais vítimas da violência brasileira —, o Cristo Redentor resplandece no alto do morro do Corcovado como principal cartão-postal do Rio de Janeiro. A cidade maravilhosa, por sua vez, é a vitrine do Brasil no exterior (somente no carnaval de 2004, 400 mil turistas vieram para cidade).

Por isso, a rotina de violência repercute em todo o Brasil e no exterior. Pesquisas recentes apontam que jornais paulistas, por exemplo, destinam mais espaço para os crimes ocorridos no Rio de Janeiro do que para questões ligadas à violência não só de seu estado como de qualquer outro lugar do Brasil.

Em recente pesquisa, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) divulgou pesquisa² empírica onde foi constatado que os jornais paulistas destinam espaço significativo à violência ocorrida no Rio de Janeiro. A Folha de São Paulo, por exemplo, no período analisado na pesquisa dedicou 28,8% do noticiário sobre a violência no Rio contra 46,8% sobre a de São Paulo e apenas 4,5% a de Minas Gerais.

O inverso, entretanto, não ocorre. No mesmo período analisado, o Jornal do Brasil, por exemplo, não dedicou nenhuma notícia sobre a violência em São Paulo. Nesse sentido, os leitores do Rio de Janeiro não têm a chance de comparar sua situação com a de outros estados, fator que contribui para a exacerbação do temor e das expectativas em relação às providências dos poderes públicos.

Tal situação demonstra a importância do entendimento da história do medo e da violência na cidade maravilhosa para a compreensão da abordagem que o tema vem recebendo no Brasil. É este justamente o tema tratado pela pesquisadora Vera Malaguti Batista no seu ensaio O medo na cidade do Rio de Janeiro.

Em seu estudo, a pesquisadora vai buscar as origens da história cultural do medo e seu impacto difusor na vida social e política, que tem origens na sociedade feudal, atravessa a Idade Média nas mãos da Igreja Católica, mesmo quando a revolução no pensamento secular

levada a cabo pela burguesia estava ganhando fôlego. Analogamente, o estudo argumenta que o medo coletivo – de tumultos populares, atividades criminosas alimentadas pela pobreza, insurreições de escravos, e o seu correlato de “africanização” da nação nascente – desempenhou um papel central na formação urbana do Brasil após a Independência.

Com seu trabalho sobre os discursos da e sobre a insegurança no Rio de Janeiro do século XIX, a pesquisadora mostra como o medo “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (BATISTA, 2003, p.3).

Em sua argumentação, a autora defende que as novas representações de temor e perigo são enraizadas em desigualdades sociais profundas e em refinadas fantasias sociais de ordem escravista, penetrando nos campos político, jurídico, médico e jornalístico. Para a autora, trata-se de uma estratégia das elites urbanas, que amplifica, colore e dirige este discurso para certos alvos, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social democrática, num processo análogo ao que ocorreu na Europa no passado.

Para Vera Malaguti, a difusão do medo do caos e da desordem tem servido para detonar estratégias de neutralização e disciplina planejada de massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República, para a autora, não romperam jamais aquele ordenamento. Daí as consecutivas ondas de medo de medo de rebelião negra, da descida dos morros. Esse temor seria necessário para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, assombra a civilização.

Nesse sentido, a autora faz um paralelo entre o medo dos quilombos disseminado à época pela Revolta das Malês³, na Bahia, em 1835, e a onda de pavor urbano, surgida a partir dos arrastões ocorridos nas praias do Rio de Janeiro em 1992 e 1993. Os episódios ocorridos no principal cartão postal da cidade maravilhosa foram usados tanto na eleição para a Prefeitura do Rio de Janeiro (1992) e nos pleitos ao governo do estado do Rio de Janeiro e da presidência da República (1994). “... nem o fim da escravidão e nem a República romperam com legado da fantasia absolutista do controle social, da obediência cadavérica. Atuação da polícia nas favelas cariocas nos dias de hoje é a prova deste legado” (BATISTA, 2003, p.32).

Para explicar a relação entre passado e futuro na função do medo para a implantação de uma República excludente e autoritária, a estudiosa recorre à produção da subjetividade por parte dos *mass media* em nossos dias, que tenderiam à homogeneização universalizante e reducionista desse sentimento.

É por isso que afirmamos que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder, os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os ‘novos tempos’. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação de realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo do criminoso (BATISTA, 2003, p.33).

No decorrer de sua análise histórica, a pesquisadora salienta que a produção imagética do terror permeou a corte imperial após a Revolta das Malês em 1835, assombrou a nação após a abolição da escravidão e a proclamação da República. Acompanhando um traçado cronológico, ela defende que esse temor passou pela Revolução de 1930, vagou pelo suicídio de Getúlio Vargas (1954), pelo Golpe Militar de 1964 e nas conjunturas eleitorais de 1994 e 1998.

É por isto que a análise da transição da ditadura para a democracia (1978-1988) levou à percepção do deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum que permitiu que se mantivesse intacta a estrutura de controle social e mais investimentos na “luta contra o crime”. As campanhas maciças de pânico social produziram um avanço sem precedentes na internacionalização do autoritarismo (BATISTA, 2003 p.35).

A mais recente pesquisa oficial sobre segurança pública do Ministério da Justiça complementa a argumentação da autora.

Dados de 2003 mostram que as armas de fogo respondem por 66,6% do total de homicídios por “agressões” no Brasil. O país passou de uma taxa de 11,4 vítimas de homicídio por 100 mil habitantes, em 1980, para 29,1 em 2003. Além disso, é uma das principais causas de morte de homens no país. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, os “homicídios” são a primeira “causa determinante” de óbito masculino de 15 a 39 anos em 2003. É a terceira causa de morte de homens de qualquer idade (47.026 mortes), atrás apenas de “demais causas de mortes” e “causas mal definidas”. Em um ano, 35% da população é vítima de algum tipo de crime. Segundo os dados, 57% dos entrevistados admitiram já ter evitado locais ou pessoas por razões de segurança e 34% afirmaram se sentir muito inseguros ao andar na vizinhança quando escurece.

Em aproximadamente 50% dos homicídios não foi possível determinar a causa. Segundo os resultados da pesquisa, em 1995, no município de São Paulo, 46,2% dos homicídios de autoria conhecida e 25,2% dos homicídios sem autoria conhecida resultaram de conflitos interpessoais diversos, como brigas na família ou nos bares, confrontos e vinganças não relacionadas à criminalidade.

Numa escala de taxa de vítimas de homicídios por unidade da federação estão em pior situação Pernambuco e Rio de Janeiro (ambos com 54,7 vítimas de homicídio por 100 mil habitantes) e Espírito Santo (50,5), seguidos pelo Distrito Federal (39,1), Rondônia (38,5), São Paulo (36,3), Alagoas (35,9), Amapá (35,5) e Mato Grosso (35). Os demais estados possuem taxas entre 10,8 e 29,9.

A análise por gênero mostra que os homicídios causam, sobretudo, a morte de homens. No Rio de Janeiro, 106,5 em cada 100 mil vítimas da violência são do sexo masculino. Com relação à questão racial, a diferença entre homens negros e brancos vítimas da violência é enorme. Em Recife, por exemplo, 15,5 em 100 mil homens brancos são assassinados. Para os negros, o mesmo índice sobe para 102,3 por 100 mil habitantes. Em São Paulo, 42,6 são brancos e 70 são negros.⁴

Outra pesquisa que corrobora o discurso da pesquisadora é baseada em dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), que ouviu 1.100 pessoas no município do Rio de Janeiro, em abril, sobre ocorrências no mês de março deste ano. A pesquisa revela que a cada minuto, quatro cariocas em média, são vítimas de atos violentos. A maioria não registra queixa em descrédito da Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o que torna esses indicadores mais próximos da realidade do que os oficiais.

No que tange às características dos agressores a pesquisa é clara: 68,4% são homens, sendo 15,8% com idade entre 18-19 anos e 21,1% com idade entre 20-29 anos. Dentre os agressores, 31,6% são brancos, 31,6% são mulatos, marrons ou pardos e 5,3% são negros. Os lugares mais propícios para os crimes são a rua (53%), o transporte/ônibus, carro/trem (10,3%) e a casa das pessoas (10,3%).

3.3 A MUDANÇA NO ENFOQUE DA MÍDIA

Nas duas últimas décadas, a violência ganha um espaço cada vez maior na mídia. Seja no noticiário do dia-a-dia — demonstrando um crescente aumento nos índices de criminalidade —, seja nas produções culturais: as audiovisuais em especial. Séries protagonizadas por policiais que fazem justiça com as próprias mãos (Magnum carregava sempre uma pistola que acabou levando seu nome), filmes com incontáveis assassinatos e crimes cada vez mais sangrentos.

Nas décadas de 1960 e 1970, discutia-se nos Estados Unidos o poder dos meios de comunicação de fomentar medo de crime e de desordem na população. É justamente nessa época que a guerra entra nos lares, na hora do jantar, a partir da cobertura incisiva da Guerra do Vietnã.

Nas décadas seguintes, o noticiário passa a dar muito mais espaço aos crimes:

Most analyses of content of media representations of crime have focused narrowly on a legally defined category of crime, not that of deviance adopted by Erison et al. Some studies look only at stories about specific criminal incidents, but others include stories, articles, or editorial about the state of crime generally, about criminal justice, and about criminal law violations related to political and social conflict, such as terrorism. The proportion of crime stories varies according to medium and market, and between different times and places (REINER, 3rd.Edition, p.379)

Um novo movimento também ocorre na representação dessa criminalidade e na audiência a quem esse tema se endereça. Essa outra face de representação surge em função de transformações culturais, políticas e econômicas. Diante da superexposição da criminalidade, a sociedade passa a cobrar dos governos decisões administrativas mais eficazes no controle do crime, a fim de que possa ter maior sensação de segurança.

Há décadas, a maioria dos crimes tinha uma razão de ser: eram roubos, crimes passionais, de vingança. Nas últimas duas décadas, a violência contra a pessoa passa a ter caráter aleatório, o que apavora grande parte das pessoas. É como se os cidadãos se sentissem vulneráveis o tempo todo.

Nesse sentido, os governos passam a desenvolver uma série de políticas conservadoras com objetivo de permanecerem no poder e também para atender a uma demanda da população amedrontada. Em grande parte, esse pavor é alimentado pelo excesso de notícias sobre violência e pelo discurso do crime presente nas diversas produções culturais.

Por isso, uma das mudanças mais significativas no pensamento da sociedade norte-americana tem sido o declínio do ideal de reabilitação. A prisão deixa de regenerar o criminoso para simplesmente isolá-lo. Trata-se de uma passagem da norma (reabilitação e reintegração na sociedade) ao conceito de risco (eliminação da possibilidade de crime). “And the rehabilitative possibilities of criminal justice measures are routinely subordinated to other penal goals, particularly retribution, incapacitation, and de management of risk” (GARLAND, 2001, p.9).

Essas medidas são seguidas do ressurgimento de sanções duras e justiça punitiva, como pena de morte e castigos corporais. Nesses casos, os meios de comunicação assumem um discurso de condenação dos criminosos, expressando, assim, um sentimento de sede de justiça que seria comum à opinião pública.

Diante deste contexto, as narrativas assumem caráter sentimental e é criado um clima de comoção a partir da dramatização dos crimes. No lugar de ouvir a pluralidade de atores envolvidos na questão e buscar implicações socioculturais e econômicas para explicar os acontecimentos, os *mass média* buscam mostrar o sofrimento da vítima, seu drama humano.

Como, em geral, as vítimas para tais dramatizações nos EUA são crianças, mulheres, cidadãos de classe média e brancos, surge um sentimento de comoção. A audiência se identifica com o sofrimento apresentado e pensa que os crimes poderiam ter-lhe acontecido ou vitimado algum dos seus.

Desse modo, surge o clamor por medidas cada vez mais severas de segurança num círculo vicioso onde o outro, aquele que apresenta risco, precisa ser eliminado. O desenvolvimento dessa política nas últimas décadas nos Estados Unidos já levou dois milhões e meio de presos aos cárceres americanos.

Genericamente, o conceito de risco implica trazer um acontecimento adverso para o presente pela simulação de um nexos causal probabilístico e, portanto, incitar à que não se continue a fazer o que amplia suas chances e ocorrência. O conceito implica, ainda, uma dupla contingência: além de o acontecimento negativo a ser evitado ser meramente provável, só existe risco se este puder ser atribuído, no todo ou em parte, a uma decisão humana, seja ela do próprio indivíduo ou de um outro agente que possa ou pudesse ter algum tipo de poder para evitar o advento ou minimizar suas consequências negativas (VAZ, 2005, p. 22).

No Brasil esse sentimento assume contornos diferentes e até mais dramáticos. O sistema penal é ineficaz, mais de 80% dos crimes sequer são investigados. O sistema penitenciário vive em constante colapso. A maioria da população (54,3%) não acredita na eficácia da polícia brasileira. E, como foi citado anteriormente, os índices de homicídio são altíssimos. A população, também influenciada pela representação na grande imprensa, vive apavorada.

3.4 A COBERTURA DO CRIME

A partir de 1990 a gravidade da violência saltou aos olhos da sociedade civil, que começou a se mobilizar em organizações não-governamentais buscando alternativas àquelas oferecidas pelo Estado para lidar com o problema social. Acompanhando essa mudança, a grande mídia alterna suas estratégias de cobertura desloca a pauta do lugar meramente sensacionalista para o cotidiano das cidades.

A argumentação sobre a cobertura da violência na grande imprensa se baseará em duas pesquisas acadêmicas. A primeira é “Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário do crime”, produzida na ECO/UFRJ. A outra é “Mídia e Violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil”, do Cesec/Ucam.

No estudo sobre Pobreza e Risco, uma pesquisa empírica, foram analisadas todas as matérias sobre criminalidade no Grande Rio publicadas na Editoria Rio do Jornal O Globo, durante seis semanas, escolhidas aleatoriamente, entre os anos de 2001 e 2002. Os pesquisadores observaram a incidência dos termos tráfico, favela e droga e sinônimos ou especificações.

Após selecionar o material no qual favela aparecia como local de criminosos, de vítimas ou de vítimas e criminosos, foram coletadas 744 notícias. Nestes dados, foram verificados os modos de construção da super-representação da favela como lugar de criminosos e sub-representação como lugar de vítimas.

As estatísticas indicam que o termo tráfico aparece em 49,4% das matérias. Quanto à caracterização de uma “geografia” do crime, a palavra favela está presente em 33,5% da mostra. A análise descobriu que um terço dos crimes noticiados pelo jornal são ou estão por ele vinculados à imagem da favela e, conseqüentemente, sua população. Apenas 16% dessas matérias mencionam favela sem mencionar tráfico.

Com a construção da associação entre tráfico e crime, favela e tráfico, e com a dissociação entre tráfico e comércio ilícito, o nexos que está sendo proposto aos moradores da cidade é o nexos entre favela e toda a sorte de ‘violência’ que acontece no Rio de Janeiro. A tendência é tornar os leitores do jornal vítimas virtuais de uma criminalidade proveniente das favelas. (VAZ, 2004).

Endereçado à classe média, produzido pela classe média, apenas as vítimas oriundas da classe média têm voz e direito a expor seus sentimentos nas matérias da Editoria Rio de O Globo. O trabalho revela que o favelado quando é vítima não chega ser individualizado e o motivo do crime é tido como de menor importância.

Já com uma proposta de pesquisa quantitativa, o CESEC/UCAM analisou 2.514 textos jornalísticos veiculados pelos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Agora SP (de São Paulo), O Globo, Jornal do Brasil, O Dia (do Rio de Janeiro), O Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia (Minas Gerais), ao longo de 35 dias, distribuídos por cinco meses do ano de 2004 (maio a setembro).

Os assuntos escolhidos foram: criminalidade, políticas de segurança. Forças de segurança, sistema penitenciário, justiça, reações da sociedade civil; pesquisas e legislação. Uma análise preliminar revelou o destaque dado à violência no Rio de Janeiro, mesmo por jornais de outros estados, como é o caso de São Paulo. Além disso, os próprios jornais do Rio são líderes (45,3%) em abordar a violência, sendo que somente O Dia e O Globo responderam por 37,3% do total de textos analisados.

O estudo constatou que pouco tem sido o espaço dispensado a editoriais e artigos sobre o tema. Além disso, 27% da cobertura são compostos de pequenas notas informativas, o que demonstra a fragmentação e a pouca profundidade do recorte feito pelos jornais. O foco central das matérias são as forças de segurança e predomina o enquadramento individualizado dos fatos, o que leva a uma cobertura factual e pouco contextualizada.

Segundo o estudo, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno nas redações em retratar o setor com a importância que ele tem.

Quando analisamos como as matérias foram inseridas na pauta verificamos que, na esmagadora maioria dos casos (83,6%) foi através de histórias individuais. Em seguida vêm os anúncios oficiais (que incluem não só os anúncios das novas medidas pelos governos, mas também o anúncio das ações das polícias e das estatísticas oficiais e representam 7,2% das matérias). As iniciativas da própria imprensa aparecem em apenas 6,1% dos dados coletados (RAMOS, 2005).

Outro ponto ressaltado é a falta de elementos que permitam uma reflexão mais profunda sobre as forças de segurança e o sistema penitenciário. Embora notícias sobre esses temas se multipliquem, o CESEC/UCAM considera que as matérias analisadas não trazem indicações sobre os pontos nevrálgicos a serem enfrentados (ausência de investimentos, necessidade de modernização e de combate à violência e à corrupção).

4 CAPÍTULO III – AS GRANDES REPORTAGENS

4.1 OBJETO DE ESTUDO

Principal objeto deste estudo, as grandes reportagens também podem ser definidas como livros-reportagem. Envolvendo personagens e contextos histórico-sociais ligados ao crime e a violência, as obras “Abusado — O dono do morro Dona Marta”; “CV_PCC – A irmandade do crime”; “Cidade Partida”; e “Meu nome não é Johnny”, terão sua estrutura e conteúdo analisados a seguir.

Produto cultural de prestígio no exterior desde a década de 60 do século passado, esse tipo de publicação conquistou gradativa presença no Brasil (de forma mais efetiva a partir da década de 80). Instrumento significativo de leitura da contemporaneidade, o livro-reportagem cumpre o papel de ampliar a cobertura periódica do jornalismo convencional.

A forma como este tipo de publicação exerce seu papel, a definição dos temas abordados, a coleta de dados e a contextualização sócio-histórica e cultural são aspectos que podem ser encarados como traços distintivos entre a expressão do jornalismo dos livros-reportagem — que por vezes se transforma em literatura de não-ficção — e a cobertura policial dos jornais diários.

Para tanto, é necessário localizá-las no tempo e no espaço, além de delimitar os aspectos apresentados que as diferenciam da cobertura usual e aqueles que as distinguem entre si. Nesse caso, serão ressaltados a problemática política e o processo histórico pertinentes a cada uma das narrativas a serem apresentadas.

Em seguida, será apresentada uma grande reportagem norte-americana *Crime and Politics of Hysteria: how the Willie Horton story changed american justice*. Esta obra servirá de parâmetro para comparação de estrutura, conteúdo e postura jornalística perante o tema da criminalidade e suas implicações sociais, políticas e culturais em um outro contexto social.

Antes, porém, é preciso explicar o conceito de livro-reportagem, situando-o dentro da história do jornalismo.

4.2 O LIVRO-REPORTAGEM

4.2.1 Um breve histórico

A partir da última metade do século XIX, quando a imprensa ganha feição moderna e industrial, o jornalismo começa a se afastar da literatura. Até os primeiros anos do século XX, os jornalistas sentiam-se inclinados a se inspirar na arte literária para encontrar seus próprios caminhos de narrar o real.

Um exemplo dessa intersecção está na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902. Idealizada como uma reportagem sobre a Guerra de Canudos, ocorrida nos últimos anos do século XIX, o livro flutua na fronteira entre jornalismo e literatura em função das habilidades de repórter desempenhadas pelo autor mescladas à profundidade de significados da narrativa.

Basta observar que o próprio *Os Sertões* é concepção e fruto do trabalho do repórter competente, mesmo porque não poucas de suas páginas foram originalmente redigidas como matéria destinada à imprensa periódica e depois decantadas do texto jornalístico e ajustadas a um trabalho de mais fôlego. Certamente *Os Sertões* não é trabalho jornalístico, pois em tudo escapa às características e aos fins inerentes ao periodismo. É, isto sim, nascido em parte do ofício do repórter. Os bons jornalistas ampliam e aprofundam uma matéria de modo a resultar numa obra de fôlego que pode permanecer nos limites de uma grande reportagem ou se incorporar ao conjunto de trabalhos que nada têm de jornalístico (LIMA, 1993, p.160).

Outros exemplos desse tipo de jornalismo mesclado com literatura podem ser encontrados na obra de João do Rio. No entanto, o estilo moderno do livro-reportagem — o caso das obras em questão — vai ser influenciado essencialmente pelo movimento que ficou conhecido como “new journalism”.

Segundo Edvaldo Pereira Lima, em seu livro “Páginas Ampliadas – o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”, essa foi a chance que o jornalismo teve para se igualar, em qualidade narrativa, à literatura, aperfeiçoando meios sem jamais perder sua especificidade (p.146). Um marco inicial desta nova corrente é o livro “A Sangue Frio”, de Truman Capote, lançado originalmente em 1966.

No Brasil, na mesma época, exemplos desta nova faceta do jornalismo podem ser observados na revista Realidade e em algumas páginas do Jornal da Tarde, ambas publicações de 1966. As reportagens desses veículos seguem os mesmos caminhos que os “novos jornalistas” americanos abriram.

O repórter se insere nos contextos referentes às coberturas numa observação participante. Além disso, os trabalhos não se prendem ao fato do dia-a-dia, saindo da ocorrência para permanência. Seus temas não são fatos isolados imediatos, mas sim a situação, o contexto onde esses fatos se dão.

Dentre as contribuições que o “new journalism” trouxe para a reportagem, podemos citar as seguintes: ampliação da universalidade temática, transformação da atualidade em contemporaneidade, avanço em documentação, fontes identificadas claramente, captação cálida do real, texto literário, ponto de vista (em primeira ou em terceira pessoa), ação, ambiente, seqüência, síntese, riqueza ilustrativa, presentificação da ação.

Embora tenha perdido um pouco de sua força e sofrido uma série de transformações ao longo das décadas de 70 e 80, o “new journalism” serviu para flexibilizar o mito da objetividade e deixou uma série de legados tanto em forma como em concepção de captação do real.

Resta acrescentar que o principal legado do new journalism — a de que a melhor reportagem, no sentido de captação do campo e fidelidade para com o real, pode combinar-se muito bem com a melhor técnica literária — encontrou sua mais refinada expressão no livro-reportagem. Exatamente porque este, apesar dos avanços da reportagem literária em veículos cotidianos, ainda oferece as condições ideais para a narrativa jornalística que precisa escapar à produção industrial cerceadora do jornalista criativo. Cerceadora pelo tempo cronometrado, pela pauta condicionada, pela cosmovisão comprimida por Valores de um universo empresarial inerentemente conservador, devido aos compromissos conjunturais aos quais obrigatoriamente se atrela (LIMA, 1993, p.159).

Estes fatores, por sua vez, serão matéria-prima na definição dos livros-reportagem.

4.2.2 A definição de livro-reportagem

Cumprindo o papel de preencher os vazios deixados pelo jornal, revista, emissoras de rádio e televisão, ele avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, ainda que parcialmente, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística. Trata-se do livro reportagem, modalidade de veiculação da grande reportagem do jornalismo moderno.

Para defini-lo, no entanto, é preciso retornar ao conceito de reportagem e suas variações em função do assunto ou objeto de que tratam. Nesse sentido, faz-se necessário explicar a categoria de prática de informação jornalística chamada jornalismo interpretativo. “O jornalismo interpretativo busca não deixar a audiência desprovida de meios para compreender o seu tempo, as causas e origens dos fenômenos que presencia, suas conseqüências no futuro. Vai fundamentar sua leitura da realidade na elucidação dos aspectos que em princípio não estão muito claros. Almeja preencher os vazios informativos” (BELTRÃO, 1976, p.71).

Alguns dos ingredientes apreendidos na prática do jornalismo interpretativo são: o contexto (fato nuclear do fenômeno); os antecedentes do fato (resgate das origens); o suporte especializado (pesquisas, entrevistas, documentos etc..), a projeção (desdobramentos); e o perfil (lado humano).

No Dicionário de Comunicação de Gustavo Barbosa e Carlos Alberto Rabaça, a reportagem é definida como o conjunto de providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção de dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo.

Os autores, entretanto, fazem a ressalva: o processo de reportagem que vai “desde a captação dos dados à redação”, segundo Juvenal Portela, envolve os trabalhos físico e mental necessários à sua existência. Considera-se incorreto designar reportagem como um tipo de notícia descritiva, mais apurada e ampla, acompanhada com documentação e testemunhos. Na verdade, esse tipo de notícia é resultado de uma reportagem, e não a reportagem em si.

Já no livro *Técnicas de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari conceituam inicialmente a narrativa, explicando que se trata de todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado.

Mais adiante, os autores definem o que é reportagem e a classificam como um dos gêneros jornalísticos.

... quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o que, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais redigida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. Esta é a extensão da notícia e, por excelência, a forma narrativa do veículo impresso (embora a entrevista, sobretudo o perfil, possa também, às vezes, assumir uma forma-narrativa). A reportagem constitui, assim, basicamente, um dos gêneros jornalísticos (SODRÉ, FERRARI, 1986, p.14).

A classificação de grande reportagem surge quando o trabalho apresenta aprofundamento extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame. Para assumir esse papel, o trabalho deve, também, incorporar à narrativa elementos que possibilitem a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço, com uma proposta de leitura ampliada do real.

Segundo os autores citados, os elementos “quem” e “o quê” devem existir para que haja interesse humano. Desse modo, as principais características da reportagem são: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados.

Outra vertente importante a ser analisada é a variação que a reportagem sofre em sua forma conforme o assunto ou objeto de que trata. Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari enumeram três tipos básicos: a reportagem de fato (*fact-story*), a reportagem de ação (*action-story*) e a reportagem documental (*quote-story*).

A reportagem de fatos (*fact-story*) é um relato objetivo de acontecimentos, que obedece na redação à forma de pirâmide invertida e tem seus fatos narrados em sucessão, pela ordem de importância.

Já a reportagem de ação (*action-story*) cuida do relato de uma maneira movimentada, começando sempre pelo fato mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes de tal sorte que o leitor fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme.

E por fim, a reportagem documental (*quote-story*) compreende relato acompanhado de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado ao mesmo tempo em que se apóia em dados que lhe conferem fundamentação.

Estas três formas estão presentes em diversos canais de comunicação como o rádio, a televisão, jornais, revistas e também no livro, que nesse caso, recebe a classificação de livro-reportagem.

... o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação de jornalística periódicos. Esse ‘grau de amplitude’ pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado — quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos —, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores (LIMA, 1993, p.29).

Se comparado a outros livros, o livro-reportagem diferencia-se devido ao conteúdo (trabalha com objeto real); ao tratamento (linguagem, montagem e edição de texto); à função (jornalismo informativo arredondado, jornalismo interpretativo, jornalismo opinativo, jornalismo investigativo e jornalismo diversional); à universalidade (temática variada); à difusão coletiva (audiência heterogênea); à periodicidade (eventual) e à atualidade (mais elasticidade do que outros meios).

Com estas características, o livro-reportagem acaba ocupando o vazio deixado pelas publicações periódicas que acabam por ficar atreladas ao fato em ocorrência em função da luta diária contra o relógio, contra a concorrência. Falta tempo para a pesquisa detalhada, para a apuração e muitas vezes faltam até mesmo os recursos de locomoção.

Diante destas circunstâncias, muitas vezes, as grandes reportagens são fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. Outra motivação pode ser o desejo de desenvolver construções narrativas alternativas, não necessariamente vinculadas a modelos pré-estabelecidos.

Com relação à estrutura, os livros-reportagem podem ser divididos em dois grandes grupos. Há livros que se originam de uma série de reportagens veiculadas na imprensa cotidiana, em primeira instância. E há aquelas publicações que são elaboradas a partir de um projeto próprio, na maioria das vezes, de autoria do próprio jornalista.

Da mesma forma, pode-se colocar duas categorias básicas do livro-reportagem quanto ao seu vínculo com a atualidade. Existem livros que aproveitam um fato de repercussão atual para explorá-lo com maior alcance, enquanto o impacto reverbera pela sociedade. Nesse caso, a publicação é denominada livro flash ou livro instantâneo.

Entretanto, a maioria dos livros-reportagem não se limita ao rigorosamente atual. Trabalha com temas mais distante no tempo, buscando explicações, no passado, para as origens dos problemas da contemporaneidade e traçando perspectivas para o futuro. Há ainda obras que trabalham com temas mais perenes e acabam ficando atreladas a um fato nuclear específico.

Em função destas implicações, “o livro-reportagem prolonga ainda mais o ciclo de existência dos acontecimentos, ao partir de temas conhecidos pelo público, muitas vezes veiculados inicialmente na imprensa cotidiana...”. Por isso, cabe ainda ressaltar que “o livro-reportagem permite esse retorno ao que já foi para lhe reposicionar em termos do que este representa hoje, transformado, reequipado de nova vestimenta” (LIMA,1993, p. 41).

Ainda como motivos para a escolha do livro-reportagem como forma de expressão, Edvaldo Lima menciona a falta de um segmento de público considerável para o tema a ser abordado, dentre a audiência preferencial do veículo da imprensa cotidiana e ou simplesmente a ausência de abordagem de determinados temas nos periódicos.

Tendo em vista seu caráter especializado ou pela falha momentânea do “faro jornalístico”, “... o fato é que o tema ‘escapa’ à imprensa cotidiana e é absorvido no livro-reportagem” (LIMA, 1993, p.43).

Por fim, Edvaldo Lima apresenta 13 classificações para os diferentes livros-reportagem. A variedade se refere à linha temática e ao tratamento narrativo. Contudo, o autor frisa que as obras podem se enquadrar em mais de uma classificação, uma vez que as modalidades se mesclam e se combinam. As classificações são as seguintes:

a) Perfil: trata-se de obra que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma anônima que, por algum motivo, torna-se motivo de interesse. No primeiro caso trata-se de uma figura de destaque. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando a personificar a realidade do grupo em questão. Uma variante dessa modalidade é a reportagem-biografia.

- b) Depoimento: reconstitui um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada.
- c) Retrato: exerce papel parecido, em princípio, com o perfil. Mas, ao contrário deste, não focaliza uma figura humana, mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento de atividade econômica, procurando traçar um retrato do objeto em questão. Visa elucidar, principalmente, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade.
- d) Ciência: serve ao propósito de divulgação científica, geralmente em torno de um tema específico. Pode apresentar um caráter de crítica ou reflexão.
- e) Ambiente: vincula-se aos interesses ambientalistas, às causas ecológicas. Pode apresentar postura combativa, crítica ou simplesmente tratar de temas que auxiliam na conscientização ambiental.
- f) História: focaliza um tema no passado recente ou algo mais distante no tempo. O tema, porém, tem geralmente algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo comum com o leitor atual. Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem que trata da história empresarial, focalizando o mundo dos negócios, um grande grupo ou uma atividade produtiva. Outra variante é a epopéia, que abarca episódios históricos de grande relevância social.
- g) Nova consciência: focaliza novas correntes comportamentais, sociais, culturais, econômicas e religiosas que surgem em várias partes do mundo.
- h) Instantâneo: debruça-se sobre um fato recém-concluído, cujos contornos finais já podem ser identificados. Também pode ser chamado de livro flash ou da história imediata.
- i) Atualidade: também aborda um tema atual, como faz o livro-instantâneo. Mas apresenta uma diferença peculiar: seleciona os temas atuais dotados de maior perenidade no tempo, mas cujos desdobramentos finais ainda não são conhecidos.
- j) Antologia: cumpre a tarefa de reunir reportagens agrupadas sob os mais distintos critérios, previamente publicadas na imprensa cotidiana ou até mesmo em outros livros. Podem ser reportagens, sobre os mais diversos temas, de um profissional conhecido do público. Podem ser as matérias, de distintos profissionais, sobre um único tema. Podem ser os trabalhos, de diferentes jornalistas, sobre os mais diversos temas, mas que têm em comum um gênero jornalístico ou uma categoria de prática do jornalismo (o opinativo ou interpretativo, por exemplo).
- k) Denúncia: com o propósito investigativo, esse tipo de livro apela para o clamor contra as injustiças, contra os desmandos dos governos, os abusos das entidades privadas ou as incorreções de segmentos da sociedade, focalizando casos marcados por escândalos.
- l) Ensaio: tem como forma a postura de ensaio, com presença muito evidenciada do autor e de suas opiniões sobre o tema, conduzida de tal forma a convencer o leitor a compartilhar do ponto de vista do autor.

m) Viagem: apresenta como fio condutor uma viagem a uma região geográfica específica, o que serve de pretexto para retratar, com em quadro sociológico, histórico, humano, vários aspectos das realidades possíveis do local. Difere do relato meramente turístico, ou daquele dotado de romantismo e exotismo típicos aos viajantes não treinados profissionalmente no escrever, por ter nítida preocupação com a pesquisa, com a coleta de dados, com o exame de conflitos.

4.3 ABUSADO – O DONO DO MORRO DONA MARTA

Em *Abusado - O dono do morro Dona Marta*, o jornalista Caco Barcellos narra a vida do traficante Marcinho VP, identificado como Juliano VP — para proteger os personagens do livro o autor optou por usar codinomes ou apelidos. Trata-se de um relato de um personagem exemplar da terceira geração do Comando Vermelho (facção criminosa surgida no final dos anos 70 no Rio de Janeiro), que foi a responsável pela expansão do comércio de drogas no Rio de Janeiro nos anos 90.

A narrativa não se restringe à biografia de Marcinho VP. O livro faz um retrato mais amplo, mostrando a trajetória de seus colegas de infância e de amigos mais próximos que o acompanharam até o fim em suas atividades criminosas.

Para traçar o perfil de Marcinho VP, o jornalista recompõe a história da favela de Santa Marta, surgida no bairro de Botafogo em 1935. Numa reconstituição histórica, o livro mostra como foi a vida na favela até fevereiro de 2003, período em que termina a apuração para a reportagem.

Nesse sentido, ganha relevância a descrição que mostra ausência de saneamento, de escolas e hospitais, e as condições adversas de se viver no alto de um morro. O retrato também mostra a estratificação de um tecido social na favela, revelando diferentes camadas na grande massa que vive nos morros. Existem os muito pobres, os miseráveis, os assalariados, que na maioria das vezes sustentam suas famílias com apenas um salário mínimo, e aparecem ainda os remediados. São donos de pequenos negócios (biroscas e pequenos mercados em geral).

Segundo relatos de moradores, desde os anos 1970 surge o embate entre os negros e os nordestinos numa luta pela hegemonia de poder local permeada pelo racismo. Isto sem falar na constatação da ausência completa do poder público ao longo de, pelo menos, duas décadas. As interferências do Estado na Santa Marta terminaram em 1964 e foram retomadas timidamente durante o primeiro governo Brizola, a partir de 1982. Mas, até o final da apuração do livro, por exemplo, a rede de água que atendia cinco mil barracos era a mesma que havia sido instalada em 1963.

Dentre as figuras políticas que tiveram intervenção preponderante no desenvolvimento da comunidade, estão Dom Hélder Câmara, que evitou a remoção dos primeiros moradores, e o governador Leonel Brizola, que durante sua gestão liberou a construção de casas de alvenaria nos morros. Além disso, existe um registro histórico do surgimento, articulação e resistência ao tráfico da Associação de Moradores.

Outro mérito da obra é desvendar o funcionamento e as relações de poder e organização da criminalidade do Rio de Janeiro. O livro informa que, logo que surgiu no final

dos anos 1970 como “irmandade” que ajuda na sobrevivência da criminalidade, a principal atividade do Comando Vermelho eram assaltos, principalmente a bancos.

No início da década de 1980, o tráfico de drogas começa a ganhar força e surge a segunda geração da facção criminosa, que vai implantar, pela persuasão ou pela força, o tráfico de drogas como principal atividade da criminalidade em todo o Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, a terceira geração do tráfico de drogas, da qual Marcinho VP é um típico representante, vai consolidar e expandir essa atividade por todas as comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Ao lado da escalada do crime no Rio, a reportagem descreve a evolução do sistema penal que, no lugar de atividades profissionalizantes, passa a oferecer presídios de segurança máxima, para isolar bandidos e evitar fugas em massa. Dentro dessa perspectiva, é revelado, através de relatos, o tratamento dados pelas diversas polícias aos moradores das favelas, aos traficantes, aos bandidos e a seus familiares, que inclui o desrespeito às leis e a continuação das práticas de tortura e desrespeito aos Direitos Humanos, potencializados durante os 20 anos da recente Ditadura Militar.

Ainda no livro, surge a discussão sobre a forma como os meios de comunicação lidam com as comunidades carentes. Numa análise, o autor mostra os meandros da mídia com Marcinho VP, que começam com a cobertura da gravação do “videoclipe” do astro Michael Jackson na favela, em 1996, até a morte do traficante, em julho de 2003, no Complexo de Bangu, passando pela repercussão do documentário Notícias de uma Guerra Particular do qual o traficante participou. O autor do livro tacha, inclusive, a mídia como o principal inimigo do personagem.

4.3.1 A vida de Marcinho VP

Filho de pai cearense e mãe paraibana, Marcinho VP chegou ao Morro Dona Marta ainda criança de colo, ao lado de duas irmãs mais novas. Seu pai era dono de um minimercado que vendia gêneros de primeira necessidade e bebidas na favela. O negócio foi comprado com o dinheiro da economia de cinco anos de trabalho como chefe de cozinha num restaurante de Botafogo.

Desde que chegou do Ceará, o pai de Marcinho VP forçava a clausura dos filhos por temer que eles sofressem influência dos malandros ou que fossem vítimas dos Lino, família de bandidos que aterrorizava os moradores da favela no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Embora tivesse princípios de educação rígidos, o pai de VP era alcoólatra e batia em sua mãe. No início de sua adolescência, os pais do traficante se separaram e o jovem foi morar em outra parte do morro.

Obrigado a trabalhar para o pai em seu comércio desde pequeno, Marcinho VP começa a conquistar sua independência através de pequenos trabalhos para o tráfico, como avião. Nessa época, depois de repetir várias vezes a 5ª série, pára de frequentar a escola. Tinha vontade de ser desenhista, pois havia ganhado alguns concursos desenho. Era levado a esse tipo de eventos pela Associação de Moradores.

A famosa Guerra do Morro Dona Marta, em 1987, que ganhou repercussão internacional, marca a entrada efetiva do protagonista do livro no mundo do crime. Com apenas 15 anos, Marcinho fica fascinado com a vida transgressora. Pega em armas e luta ao

lado do bandido Cabeludo, seu ídolo de infância, que acaba perdendo o controle do morro. Obrigado a deixar o Dona Marta, o jovem vai morar com um bandido de seu grupo, o Paulista, no Morro do Vidigal.

Seu pai adotivo, como passa a ser chamado, atua não apenas no tráfico de drogas, mas também em assaltos a bancos. Criminoso considerado de alta periculosidade, inaugura o presídio de Bangu I ao lado de nomes do Comando Vermelho, como Escadinha. Nessa época, Marcinho se aproxima ainda mais do Comando Vermelho.

Aos 19 anos, abre caminho para o tráfico de drogas na Bahia. Volta em 1991 para o Rio, quando toma o Dona Marta e passa a dividir o controle do morro com outros dois companheiros. Nessa fase, o trio implanta o terror entre os moradores contra os quais passam a cometer atrocidades para demonstrar sua força.

Afastado do morro mais uma vez, em 1993, Marcinho volta ao Dona Marta em 1995. Na sua volta, decide agradar a comunidade para manter sua hegemonia, patrocinando diversos eventos e atuando como juiz da comunidade.

Ganha notoriedade em 1996, por ocasião da gravação do “videoclipe” de Michael Jackson na favela. O fato acaba lhe rendendo uma grande entrevista, que seria publicada pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia.

Desde então, começa a ser procurado incessantemente pela polícia, acaba vivendo ainda mais isolado e, no final de sua vida, passa à clandestinidade na Argentina e em algumas favelas do Rio de Janeiro. Nesse período, Marcinho também começa a se relacionar com intelectuais e mulheres de classe alta.

Conhecedor da proposta da Teologia da Libertação, amante da Literatura e da Filosofia, o traficante apresenta um perfil diferente de seus colegas de crime. Depois de se envolver com uma publicitária de classe alta do Rio de Janeiro, tem a oportunidade de fugir do país e levar uma nova vida, mas seus laços afetivos o fazem voltar para o Brasil e, mesmo de longe, continuar controlando as atividades do tráfico de drogas não apenas no Dona Marta, mas também na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

Na sua trajetória do crime, enfrentou a tortura na cadeia, sobreviveu a balas de revólver e fuzil, a dezenas de tiroteios, a rebeliões, fugas de cadeia e perseguição nas ruas. Pai de quatro filhos, Marcinho é encontrado morto no dia 29 de julho de 2003, dentro de uma lata lixo, coberto com os livros que gostava de ler, no Complexo de Bangu, dois meses depois do lançamento de sua biografia.

Na época, a imprensa noticiou que o motivo do assassinato foram as revelações feitas no livro. O autor do livro contesta a versão, alegando que a briga de Marcinho com outro traficante do Dona Marta, que supostamente teria encomendado sua morte em Bangu, era conhecida de todos os dirigentes do Comando Vermelho e dos moradores de sua comunidade.

4.3.2 Um perfil que se transforma em denúncia

À primeira vista, a obra *Abusado - O dono do morro Dona Marta* pode parecer apenas a biografia do traficante Marcinho VP. Mas, a grande reportagem extrapola esse aspecto e se transforma também num livro-reportagem denúncia, para utilizar as classificações descritas anteriormente.

Dentro a classificação sugerida pelos autores Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, já descrita acima, o livro se enquadra na categoria de reportagem de ação (*action-story*). A história é narrada de maneira movimentada, como num romance policial. No entanto, as informações são corroboradas por depoimentos, dados oficiais e fontes documentais que imprimem um caráter documental à trama.

O narrador se apresenta de forma híbrida na reportagem. Na maior parte do livro, ele está onisciente. Somente na parte final, que mostra os encontros do jornalista com o traficante — quando este já vivia na clandestinidade, na Argentina — é que o jornalista aparece e expressa suas impressões.

O narrador onisciente contribui para a criação de uma atmosfera de reportagem de ação, quase se aproximando do romance reportagem. No entanto, a inclusão do narrador confere o testemunho do repórter, que passa a ser também um personagem da trama, reforçando a credibilidade e a verossimilhança dos fatos.

Esses elementos, somados à forma como os fatos da vida de Marcinho VP são apresentados e descritos, contribuem para o surgimento de elementos típicos das obras de ficção, como tramas, dramas e conflitos. É como se houvesse, ao longo de *Abusado - O dono do morro Dona Marta*, os elementos básicos da obra de ficção.

Em seu livro *Roteiro: arte e técnica de escrever para cinema e televisão*, Doc Comparato lista os elementos necessários à estrutura clássica das obras de ficção para Cinema e TV. São elas: I Ato – exposição do problema/ situação desestabilizadora/ uma promessa, uma expectativa/ antecipação de problemas/ emergência do conflito; II Ato – complicação do problema/ deteriorização da situação/ tentativa de normalização levando a ação a extremos/ crise; III Ato - clímax (ou reversão de expectativas)/ resolução (1983, p.86).

Estes traços podem ser percebidos ao longo de toda a trama e em suas partes específicas, caracterizando ainda mais a reportagem de ação.

Outro elemento que reforça esse caráter híbrido pode ser percebido na forma como os fatos são apresentados ao leitor. O teórico Tzvetan Todorov, em *Estruturalismo e Poética* ressalta a importância da visão apresentada na obra para a construção de sentido elaborada pelo leitor.

A terceira grande categoria que permite caracterizar a passagem entre discurso e ficção é a da visão: os fatos que compõem o universo fictício nunca nos são apresentados 'em si mesmos', mas de acordo com certa ótica, a partir de certo ponto de vista. Esse vocabulário visual metafórico, ou antes, sinedóquico: a 'visão' toma aqui o lugar da percepção total; mas trata-se de uma metáfora cômoda, pois as múltiplas características da 'verdadeira' visão têm, todas, equivalentes no fenômeno de ficção (TODOROV, 1976, p. 24).

Quando a apuração da primeira edição da obra em análise foi encerrada, o traficante Marcinho VP ainda estava foragido. Na época em que a reportagem foi lançada, o personagem já estava preso no presídio Bangu I. Desse modo, a narrativa deixava o destino de seu principal personagem em aberto.

Porém, a edição do livro utilizada para este trabalho (de 2004) já trazia um posfácio tratando da morte de Marcinho VP num presídio do Complexo de Bangu. O texto não tem um caráter tão dramatizado e se limita a relatar a forma como foi a morte de Marcinho VP, como o autor ficou sabendo do assassinato e as implicações do fato com o lançamento de sua biografia.

4.3.3 O contraste com a cobertura usual

Ao contar a história de Marcinho VP, o jornalista Caco Barcellos apresenta um outro lado das comunidades carentes, que não aparece na cobertura usual da grande imprensa. E, muitas vezes, esses fatores ausentes podem ser encarados como peças-chave no quebra-cabeça da questão da criminalidade.

A primeira diferença é a história da criação da favela Dona Marta e a forma como os governos têm lidado com ela desde então. Nesse sentido, o livro faz uma digressão considerável para explicar os movimentos de urbanização das favelas e de articulação política através de associações de moradores, surgido a partir de 1982, com o primeiro governo Brizola.

Outro diferencial é a descrição das condições de higiene e saneamento da comunidade. Este cenário serve de pano fundo para as ações a serem descritas. É como se houvesse um “outro” mundo nessas comunidades, com outras regras de convivência validadas pela sobrevivência. Um exemplo deste contraste pode ser percebido no seguinte trecho, que narra a adaptação de uma personagem de classe média, que morava em Laranjeiras e que, acompanhando o filho viciado e traficante, se mudou para o Dona Marta.

De imediato, ao entrar na sua nova casa, ficou chocada com a perda de cidadania que sofrera. A começar pela ausência dos códigos de referência de moradia. O seu novo endereço, rua Jupira, 72, não tinha nada a ver com o barraco onde iria morar no beco da Verinha. Era, na verdade, a referência postal de todos moradores do morro, o endereço da quadra da Escola de Samba, unidos da Santa Marta, para onde se destinam todas as correspondências da favela. Jupira, 72, era também a resposta padrão de criminosos do morro quando precisavam informar seus endereços à polícia, à justiça, à imprensa (BARCELLOS, 2004, p. 316).

A ausência da presença do Estado e a constante ameaça de bandidos a moradores das comunidades têm sua evolução descrita na obra:

A descoberta de que não havia ruas, mas caminhos estreitos, cheios de pedras e escadarias tortuosas, convenceu-a de que o carro que deixara na garagem do apartamento seria completamente inútil.... Júlia demorou a se acostumar a não ter telefone em casa e à falta de água e luz durante várias horas do dia. No início ficou impressionada sobretudo com a quantidade de ratos pelas áreas de circulação de crianças e adultos (BARCELLOS, 2004, p.316).

Outro diferencial é a humanização dos criminosos que podem contar não apenas como funciona o esquema do crime organizado, mas também sua versão para os crimes que cometem. Além disso, ficam evidentes as relações de compadrio, de lealdade e até mesmo familiares entre aqueles que atuam na marginalidade.

Nesse sentido, o personagem central da obra — que fala por seu grupo em questão — expressa sua revolta social e a forma como encara a sociedade civil organizada.

Os jornalistas são abutres. Não podem ver carniça. Se os que pudessem ajudar as comunidades carentes dessem um minuto de suas vidas para isso, não existiria o tráfico. Nós somos como uma doença dentro de um corpo. O tráfico é uma saída para nós. Quem não tem dinheiro para comprar um tênis, uma roupa e tem sangue na veia acaba entrando nessa vida. Quando os governantes se conscientizarem das desigualdades sociais talvez não exista mais o tráfico. Mas os intelectuais continuam só pensando, os políticos, roubando e a sociedade inteligente sempre em silêncio (BARCELLOS, 2004, p. 346).

Outra diferença essencial com relação à cobertura da imprensa diária é a denúncia efusiva da corrupção das polícias Militar e Civil. Ainda que baseado no depoimento dos criminosos, de seus familiares e, por vezes, em notícias publicadas na grande imprensa, o jornalista descreve a forma desumana e desrespeitosa como são tratados criminosos e seus familiares.

O jornalista revela que a prática da tortura permanece como procedimento de “praxe” para os marginalizados que não têm como se defender judicialmente nem voz para expressar o tipo de tratamento que recebem. A propina dada aos policiais, conhecida como a tradicional “mineira”, também é prática que, pelo menos entre os traficantes do Dona Marta, permanece há décadas.

4.4 CV_PCC – A IRMANDADE DO CRIME

A obra em questão é uma versão atualizada do livro “Comando Vermelho – A história secreta do crime organizado”, lançado em 1992 pelo mesmo autor. A reportagem narra a criação do Comando Vermelho, facção criminosa mais poderosa do Brasil surgida no final da década de 70, no Presídio Candido Mendes (implodido em 1995), que ficava na Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

A partir de relatos sigilosos e essencialmente de fontes documentais da polícia (documentos sigilosos, processos e documentos públicos), o autor apresenta provas e costura teorias de que o Comando Vermelho teria surgido a partir da convivência de presos políticos com presos comuns, na Ilha Grande.

Nesta versão atualizada, o autor traça um histórico da facção criminosa e sua articulação com a organização semelhante que surge em São Paulo na década de 90, o Primeiro Comando da Capital (PCC) que está “associado” ao Comando Vermelho. O jornalista cita também a existência de outra facção do Rio semelhante à ADA (Amigos dos

Amigos), sendo que esta última conta com milícias armadas. Há também, no Rio de Janeiro, um grupo dissidente do Comando Vermelho, o Terceiro Comando (3C).

Carlos Amorim cita a ligação destas duas facções com tráfico internacional de drogas, seja pelo Cartel de Medellín, pelo Cartel de Cali, com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), entre outros grupos de passado guerrilheiro de extrema esquerda. De acordo com a pesquisa do escritor, estes grupos extremistas estariam associados ao narcotráfico internacional, angariando assim, fundos para suas causas revolucionárias.

Repórter que teve expressiva passagem pelas editorias policiais e depois assumiu cargos de alto comando nas TVs Globo e Bandeirantes, Carlos Amorim traça um histórico da criminalidade no Brasil nas últimas três décadas.

A conclusão a que o autor chega é de que o crime se protagonizou de forma tão eficiente no Brasil que Fernandinho Beira-Mar é comparado a Pablo Escobar — um dos grandes plantadores e revendedores de drogas na Colômbia.

Carlos Amorim explica em seu livro que, em função do artigo 27 do Decreto-Lei 898 de 1969, bandidos e presos políticos foram nivelados, a fim de enfrentar as pressões internacionais em prol da anistia e contra as denúncias de tortura, numa mesma categoria do crime. Era uma tentativa do Regime Militar despolitizar as ações de esquerda, tratando-as como “simples banditismo comum”. Desse modo, no mesmo setor do Instituto Penal Cândido Mendes, a Galeria B, estavam os presos comuns e políticos, ambos condenados por crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (LSN), como assaltos a bancos e a instituições financeiras.

A prisão da Ilha Grande, que no ano de 1979 abrigava 1.284 homens, foi construída para abrigar somente 540 presos. As turmas das galerias se dividiam em falanges. Como os presos enquadrados pela LSN recebiam uma tarja vermelha em suas fichas, ficaram conhecidos como a Falange Vermelha. Mais tarde, se autodenominaram, segundo o autor, Comando Vermelho.

A facção criminosa surgiu para impor normas de convivência entre os presos, uma vez que nos presídios imperava a “lei do cão”. Visitas íntimas não eram permitidas na época e estupros entre homens eram muito comuns. Presos eram constantemente lesados por outras “falanges”, tendo a ajuda da família cooptada, ora por presos de grupos mais ostensivos, ora por policiais corruptos.

No início, o Comando Vermelho surgiu para organizar o convívio dos detentos, uma vez que a prática solidária e a organização coletiva dos presos políticos chamaram a atenção dos criminosos, em sua maioria, à época, assaltantes de bancos.

Criada como “irmandade”, a facção funcionava da seguinte forma: os bandidos fugiam da Ilha Grande, voltavam ao crime e parte do dinheiro arrecadado de forma ilegal voltava para o Comando Vermelho, seja na ajuda a famílias das vítimas nos presídios, seja na compra de drogas e comida para presos nas cadeias.

Seus métodos de organização continham muito das táticas de guerrilha. No convívio com presos comuns, não era raro que livros e manuais com as referidas táticas circulassem

entre os presos, que não tinham muito o que fazer na Ilha Grande, uma vez que a maioria não praticava nenhuma espécie de trabalho ou atividade profissionalizante.

Logo no início, a atuação do Comando Vermelho patrocinou fugas mirabolantes como a de Luís Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, que saiu de Ilha Grande em um helicóptero, episódio que ainda não foi devidamente solucionado pelas autoridades até hoje.

Com a estrutura de célula, o grupo que inicialmente se restringia ao presídio da Ilha Grande rapidamente se fez presente em todos os presídios do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, a facção criminosa expandiu suas atividades e sua segunda geração foi a responsável pela inserção do tráfico de drogas. Grande parte da primeira geração teria sido morta em combate com a polícia, em fugas e até mesmo dentro dos presídios.

Já a terceira geração do CV, que consolidou o tráfico de drogas como principal bandeira da organização criminosa, está em grande parte nos presídios de segurança máxima (de onde continuam no comando do crime) ou morreu. Poucos são os que ainda estão em atividade e em liberdade, pois já estão na faixa dos 40 anos.

A obra explica que, atualmente, a quarta geração do CV tem descontentado a cúpula dirigente, que há muitos anos luta para permanecer ileso nos presídios. Os traficantes de hoje em dia têm apresentado uma relação de terror com as comunidades, abusando de sua força e coagindo os moradores das favelas — fato que jamais aconteceria anos atrás, uma vez que boa relação com as comunidades era fundamental para a proteção dos criminosos.

Do convívio com os guerrilheiros, Carlos Amorim aponta a política de valorização dos Direitos Humanos, que começou a ser realidade no primeiro governo Brizola, como a oportunidade que os bandidos esperavam para que sua organização deslanchasse.

Vale ressaltar a brutal violência com que as polícias Civil e Militar agiam durante o Regime Militar, mesmo já em sua fase final. No episódio que deu origem ao livro Quatrocentos contra um — obra na qual William da Silva Lima relata como fundou o Comando Vermelho — quatrocentos policiais atiravam contra um único bandido, que demorou 11 horas para se render. Quatro mil tiros foram disparados. E, pela primeira vez, veio ao grande público a existência do Comando Vermelho.

Além de visitas íntimas, os presos passam a receber visitantes e advogados. A política de valorização dos Direitos Humanos do governo Brizola também impede que a polícia suba morros e faça prisões sem mandato judicial. A comunicação com visitas e presidiários, incrementada nessa época, também passa a ser essencial para que os criminosos continuem a comandar suas ações, mesmo de dentro da cadeia.

Mesmo assim, essas medidas não são suficientes para conter o avanço da facção criminosa. O autor chega a atribuir a derrota política de Brizola a uma falta de apoio do CV que, na época, já influenciava as associações de moradores. Com a mudança para o governo Moreira Franco houve um novo enrijecimento do sistema penitenciário e uma nova articulação da polícia.

As operações Mosaico I e Mosaico II são citadas como experiências de sucesso, realizadas em parceria com o governo federal, uma vez que o tráfico de drogas é um crime

federal. Em 1988 é criado o presídio de segurança máxima Bangu I, que só viria a conhecer uma rebelião em setembro de 2002.

No entanto, como grande parte da cúpula do CV, devido a seu elevado grau de periculosidade, estava confinada em Bangu I, o presídio acabou ganhando o apelido de “Quartel General do Crime”.

O livro denuncia, ainda, as condições subumanas a que são submetidos os presidiários e que, grande parte dessa situação ocorre em função da corrupção nos mais diversos níveis. São policiais, carcereiros, advogados e até parlamentares, como deputados e vereadores, revela o autor.

4.4.1 Um ensaio sobre a “escalada do crime”

A partir de consultas a teóricos de sociologia ou criminologia, o jornalista Carlos Amorim acaba traçando um ensaio sobre a “escalada” do crime no Brasil. Ao tentar delimitar no tempo e no espaço a criação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital (PCC), o autor desenvolve a teoria de que métodos de guerrilha teriam sido aprendidos por criminosos e utilizados para melhorar a eficácia de sua organização.

A partir de fontes documentais (notícias da imprensa, relatórios de órgão públicos e processos criminais), o jornalista aponta uma série de semelhanças entre as facções criminosas e as guerrilhas urbanas surgidas no Brasil no final da década 60 e início da década de 70, que lutavam contra a Ditadura Militar.

Ao estruturar a obra dessa forma, o autor elabora o que se classifica como reportagem documental (*quote-story*). Sua narrativa e sua teoria se apóiam em dados que lhe conferem fundamentação. As informações são apresentadas e amarradas de forma a sustentar sua teoria.

Um dos exemplos desta prática é a ficha policial dos 23 integrantes que fundaram, segundo o autor, a facção criminosa Comando Vermelho, na Ilha Grande. Além disso, ao descrever as operações Mosaico I e II, ocorridas no Rio de Janeiro para reprimir o tráfico durante o governo de Moreira Franco, o autor se ampara nas ocorrências policiais e em documentos sigilosos.

Contudo, em certos trechos e em menor escala, percebe-se a reconstrução dos cenários, da época e do local, onde ocorreram certos episódios. Nesse momento, a narrativa se aproxima da chamada reportagem de ação (*action-story*). Entretanto, a humanização dos personagens em questão não ocorre; o autor mantém sua onisciência enquanto narrador reforçando um distanciamento formal.

De toda forma, em certos trechos, percebe-se um julgamento de valor ao retratar as situações, condições sociais e trajetória dos criminosos usados para construir sua teoria.

O crime organizado ocupa lacunas de assistência social que o Estado vai deixando para trás, ao sabor da crise econômica ou da insensibilidade política. A dominação sobre as comunidades pobres passa quase necessariamente por esse tipo de estratégia, até porque o bandido mora na favela e é mais permeável às reivindicações do morador. A postura paternalista se mistura — até mesmo se confunde — com a aplicação da ‘lei do cão’. E o favelado também compreende

isso, numa aceitação de que a violência é natural num segmento da sociedade que já vive mesmo sem leis. A marginalização social produz esse fenômeno social, ético e político (AMORIM, 2004, p.353).

Nesse sentido, pode-se classificar a obra nas categorias de denúncia, de retrato e de atualidade. Esta última classificação se dá porque o tema ainda não possui um desfecho, ainda é atual e sua solução está em aberto.

Depois de vários anos afastado do noticiário, cuidando do término de sua pena em regime fechado, William da Silva Lima, o lendário Professor do Comando Vermelho, reaparece numa investigação cercada de segredos. Em julho de 2002, o delegado Ricardo Hallak, da Delegacia de Repressão a Ações Criminosas Organizadas (Draco), da polícia do Rio, abriu um inquérito para tentar descobrir se há verdade no boato que corre célere no mundo do crime: William seria o cérebro por trás das articulações entre o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC), o PCC paulista (AMORIM, 2004, p.455).

4.4.2 O contraste com a cobertura usual

Fruto de intenso trabalho de pesquisa, o livro CV_PCC – A irmandade do crime difere bastante da cobertura usual. Além da riqueza de detalhes e da fundamentação em documentação sigilosa, a obra apresenta um traço distintivo fundamental: a articulação dos acontecimentos numa análise social e política que pretende se não esclarecer, pelo menos, buscar caminhos para a compreensão mais abrangente da questão da criminalidade.

Em seu resgate histórico para contar como foi a criação da maior facção criminosa do país, o jornalista Carlos Amorim revela que historicamente, os presídios brasileiros apresentaram condições subumanas de sobrevivência. As chances de regenerar ou corrigir os infratores sempre se mostraram ínfimas diante das políticas adotadas na área de segurança pública.

Esta análise profunda das condições de vida nos presídios e de suas fundamentações históricas é um véis pouco presente na cobertura policial dos periódicos. Na realidade, o jornalista analisa a questão da criminalidade parte por parte. Primeiro, vem o crime em si, depois parte para o criminoso, em seguida para a atuação policial, logo adiante para o sistema judicial e penal e por fim, chega à formulação de políticas públicas e a influência da segurança na agenda política das últimas décadas.

Outro diferencial de seu trabalho é a utilização recorrente de fontes oficiais sigilosas e a fundamentação jurídica para falar dos criminosos e das ações da polícia. Documentos, mesmo que públicos, raras vezes são utilizados como fonte para reportagens policiais ou para a discussão de coberturas sobre o crime.

A análise completa das ações políticas adotadas pelos governantes — não apenas a repressão, mas também o tratamento dado ao sistema penal e as orientações para as cúpulas das polícias Civil e Militar — não são trabalhadas, costumeiramente, de forma articulada numa mesma cobertura jornalística.

Vale ressaltar a denúncia não só da corrupção endêmica da polícia, mas também de sua falta de preparo e de sua impotência diante do poder dos traficantes.

De acordo com a obra, esta influência perpassa as mais diversas e influentes camadas da sociedade civil organizada e está articulada a forças internacionais bastante expressivas.

4.5 CIDADE PARTIDA

Zuenir Ventura começa o livro *Cidade Partida* fazendo histórico da vida nas comunidades pobres do Rio, mostrando que a violência sempre fez parte do cotidiano dessa camada populacional, mesmo na década de 1950 do século passado, quando o Rio de Janeiro era tido como uma cidade pacata e tranqüila.

O breve trabalho mostra que essas comunidades eram vítimas da violência tanto de bandidos quanto de policiais. Os grupos de extermínio, formados por policiais, já atuavam no final da década de 1950. E nessa década também se proliferava a prática da corrupção na corporação. Só que, nesse tempo, os homens da lei ainda eram aliciados por bicheiros e contraventores.

Nesse estudo inicial, Zuenir mostra que durante a Ditadura Militar esses grupos de extermínio continuaram agindo. Cita o exemplo de Tenório Cavalcante, justiceiro de Duque de Caxias, que foi inclusive eleito deputado.

Muitos dos nomes que despontaram no final da década de 50 nas polícias Civil e Militar desempenharam papel importante na polícia na década de 60 e ocupam lugar de destaque até nossos dias, como Hélio Vício, por exemplo. Nessa introdução é constatada a cultura do extermínio nas polícias do Rio, numa prática constante de desrespeito às leis, da implantação da "justiça feita pelas próprias mãos" e da prática freqüente de corrupção.

Na segunda parte do livro, Zuenir narra o episódio da Chacina de Vigário Geral, ponto culminante da violência que vinha se estendendo no início da década de 90 no Rio de Janeiro. Em seguida, surgiu um movimento de reação da sociedade civil que culminou com a criação da organização não-governamental "Viva Rio".

Logo depois, foi fundada a Casa da Paz em Vigário Geral, erguida no local onde uma família de oito pessoas foi assassinada à queima roupa durante a chacina. A proposta foi construir um centro de cidadania e lazer para a comunidade da favela.

Na chacina, policiais militares foram acusados de matar 21 pessoas inocentes, que nada tinham a ver com o tráfico de drogas. O motivo alegado seria o assassinato de quatro policiais militares que teriam ido anteriormente à favela cobrar propina de traficantes.

A "mineira", como o suborno é conhecido, era parte de um carregamento de 67 quilos de cocaína que estava previsto para chegar à favela. Há controvérsias com relação a essa versão e muitos chegam a afirmar que teriam sido os próprios policiais que haviam matado seus colegas, uma vez que estes pretendiam infringir as regras e cobrar a propina isoladamente.

Para conhecer de perto a história e acompanhar o desenrolar dos fatos após a chacina, Zuenir convive dez meses com os moradores da favela, visita as casas, descreve as condições

sociais e sanitárias da comunidade. Revela as rivalidades com a favela vizinha, Parada de Lucas, que é dominada por uma facção rival a de Vigário Geral — o Terceiro Comando.

Nessas andanças, sempre acompanhadas do sociólogo Caio Ferraz, líder comunitário de Vigário Geral e fundador da Casa da Paz, Zuenir entrevista Flávio Negão, o chefe do tráfico da favela na época. Ao relatar sua história, o traficante revela que chegou a trabalhar, ficou desempregado e, em uma família pobre, com muitos irmãos, acabou se rendendo ao tráfico. Um de seus irmãos, inclusive, foi preso logo cedo e precisou da ajuda da família no presídio.

Na obra há um contraponto entre os personagens. Membros de uma mesma geração, amigos de infância, Flávio Negão e Caio Ferraz trilham caminhos opostos. Flávio Negão entra para o mundo do crime e se torna o traficante mais poderoso da favela. No entanto, segundo o relato da obra, é apenas um mero revendedor de varejo da droga.

Já Caio Ferraz estudou, se tornou sociólogo e, mesmo já tendo saído da favela, luta para melhorar a qualidade de vida de seus vizinhos de infância e se destaca como líder social e fundador da Casa da Paz de Vigário Geral.

Embora tenham trilhado caminhos diferentes, líder social e traficante travam relação amistosa de convivência. Flávio Negão pertence à terceira geração do Comando Vermelho — geração que ainda tinha um forte vínculo afetivo, identificação e respeito pela sua comunidade.

O título “Cidade Partida” faz alusão a um estudo sobre Los Angeles, nos Estados Unidos, onde as camadas sociais são separadas geograficamente. Há locais da cidade perigosíssimos, onde vive a maioria das pessoas pobres. Lá, a exclusão social é fortemente evidenciada pela exclusão geográfica. Daí, o autor desenvolve a tese de que existem duas cidades distintas no Rio de Janeiro: a cidade do asfalto e a cidade do morro e das favelas.

A primeira reúne a sociedade civil organizada que goza de direitos de cidadania e tem vez e voz. A segunda vive num mundo à parte, esquecida pelos governantes e funciona à margem do sistema econômico e social.

Um dos trunfos do livro é retratar o momento histórico no qual a sociedade civil carioca passou a se organizar contra a violência e a exigir, ainda que timidamente, uma posição mais efusiva dos poderes públicos. Os personagens principais dessa articulação (o sociólogo Luiz Eduardo Soares e o arquiteto Rubem César Fernandes, por exemplo) também dão seu depoimento e têm sua atuação retratada.

4.5.1 O repórter como testemunha

O livro “Cidade Partida” é uma narrativa mista. Divido em duas partes, pode ser classificado em duas categorias diferentes de livro-reportagem. Na primeira parte, o autor faz um resgate histórico da criminalidade do Rio de Janeiro e a forma como ela foi reprimida a partir da segunda metade do século XX. Na segunda parte, o jornalista acompanha a criação da organização não-governamental “Viva Rio” e a fundação da Casa da Paz, dando seu testemunho como repórter.

Desse modo, a obra pode ser enquadrada nas seguintes categorias: depoimento (reconstitui um acontecimento relevante, de acordo com a visão do repórter); história (focaliza um tema no passado recente com elementos que o conectam com o presente, principalmente no que tange à primeira parte); e instantâneo (trabalha um fato recém concluído — o livro foi lançado poucos meses depois da fundação da Casa da Paz).

Como a obra apresenta duas partes com estruturas distintas, a publicação contém categorias distintas de reportagem. A primeira parte pode ser enquadrada dentro do conceito de reportagem documental (*quote-story*). Sua fundamentação é amparada na pesquisa sobre violência nos arquivos de órgãos oficiais e na imprensa da época.

Já a segunda parte, na qual o autor assume o papel de repórter e testemunha, fica dentro da chamada reportagem de fatos (*fact-story*). Trata-se de relato objetivo de acontecimentos, com seus fatos narrados em sucessão, pela ordem de importância.

A opção por adotar a reportagem de fatos (*fact-story*) imprime um ritmo diferente à história, uma vez que o clímax do enredo principal do livro caminha num crescente, na medida em que se aproximam os dias da fundação da Casa da Paz e se intensificam as primeiras atividades do “Viva Rio”.

Mesmo com esta característica mista em sua forma, a obra apresenta unidade, seja na construção de personagens (contraponto entre Flávio Negão e Caio Ferraz), seja na escolha dos acontecimentos a serem narrados (Fundação da Casa da Paz em oposição a Chacina de Vigário Geral). Além disso, o depoimento dos moradores da comunidade atingida pela violência, das personagens envolvidas na criação da organização-não governamental “Viva Rio” e o testemunho do autor concedem caráter documental à narrativa.

Desenvolvida num tom ameno, com as palavras escolhidas, a forma de observar e narrar os acontecimentos contrasta com a complexidade do tema. Surpreendentemente, em alguns momentos, os relatos se aproximam do tom lírico.

Uma peculiaridade que vale ressaltar é a questão da onisciência do narrador. O fato é comum em grandes reportagens jornalísticas, mesmo porque essa é uma das formas mais simples de demonstrar isenção e imparcialidade. Mesmo como testemunha ocular de grande parte da história, Zuenir consegue conferir onisciência à narrativa, dando a impressão de conhecer os principais fatos ocorridos nas favelas em questão.

4.5.2 Na vanguarda da reportagem

Se hoje as grandes reportagens sobre criminalidade são vistas como novidade não apenas pelo mercado editorial como também para leitores, há dez anos o livro Cidade Partida causou muito mais impacto. No auge da primeira grande crise de segurança no Rio de Janeiro, o jornalista revelou à sociedade um universo até então realmente desconhecido da maior parte da população letrada e formadora de opinião.

Imbuído de seu espírito de repórter, Zuenir Ventura resolve entender a questão da criminalidade no auge de uma crise que extrapolou para questões políticas, incluindo, inclusive, na escolha do prefeito do Rio de Janeiro em 1992 (César Maia vence Benedita da

Silva) e na escolha do governador do estado em 1994 (Marcello Alencar vence Garotinho, candidato de Brizola).

Novidade para grande parte do público leitor das grandes reportagens, o universo das favelas e a humanização dos traficantes surtem impacto. É justamente a partir dessa época que os noticiários fluminenses passam a dar mais espaço para a questão da violência. Por isso, não é de se estranhar que as grandes reportagens sobre o tema comecem a aparecer desse período em diante.

Porém, a obra se divide em duas partes justamente para dar o suporte histórico ao entendimento da questão da criminalidade. Um dos exemplos é a desconstrução do mito de que não havia violência no Rio de Janeiro em décadas passadas. Daí o autor fazer pesquisas em jornais das décadas de 30, 40, 50 e 60 do século passado e também em fontes oficiais com dados desta época. “Assim como uma teoria da época anunciava a existência de ‘dois Brasis’, um moderno e outro arcaico, um urbano e outro rural, já havia também dois Rios, mas as distâncias sociais pareciam menores. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres se olhavam sem medo e sem ódio” (VENTURA, 1994, p.18).

Dentro desse contexto, o livro expõe de forma clara a corrupção nas polícias Militar e Civil, buscando inclusive as origens históricas para tal procedimento.

O general Amauri Kruehl vai ficar na história dos anos dourados como um precursor. Não criou apenas o Esquadrão da Morte. Foi também pioneiro em outra arte moderna — a da corrupção policial. Em 1959, descobriu-se que o grande exterminador de bandidos, o severo chefe de polícia, estava envolvido com corrupção. Era o protagonista de um dos maiores escândalos da história do Rio de Janeiro (VENTURA, 1994, p. 48).

A grande inovação surge, porém, quando o jornalista dá voz aos favelados, aos excluídos e principalmente ao traficante Flávio Negão. Uma novidade para a época, tanto em conteúdo quanto no enfoque. Na realidade, em Cidade Partida os todos os setores envolvidos na história (com exceção da polícia corrupta) são ouvidos de forma democrática pelo autor.

Em seu depoimento, o traficante ilustra as dificuldades enfrentadas por seu grupo social, explicando as razões que o levaram à criminalidade e explicando o papel que ocupa na estrutura do crime organizado.

Os cara vai levando a gente pra roubar um carro, depois rouba uma loteria, uma padaria, rouba uma farmácia, posto de gasolina. Eu nunca roubei foi ônibus, porque eu não queria roubar trabalhador. Ônibus só tem trabalhador. Daí pra frente, banco, banco, banco. E aí vai pegando fama. Um amigo meu que tá preso tinha uma boca-de-fumo e me ajudou muito (VENTURA, 1994, p.184).

A reportagem é pioneira também por apresentar o universo então desconhecido do funk. Naquela época, o movimento cultural das camadas desfavorecidas da sociedade carioca era necessariamente atrelado à marginalidade, à violência. Era ainda encarado como canal de expressão de traficantes e não como expressão cultural da juventude marginalizada do sistema de bens culturais dominantes.

Embora não se aprofunde muito nas diversas problemáticas envolvidas na narrativa, o autor desvela um universo desconhecido, temido e que já despontava para uma importância política decisiva na última década do século XX no Rio de Janeiro. Suscita o debate mais complexo sobre o tema, deixando em aberto os desdobramentos tanto da onda de violência quanto das iniciativas da sociedade civil organizada para prosseguir na direção contrária.

4.6 MEU NOME NÃO É JOHNNY

No livro "Meu nome não é Johnny", Guilherme Fiuza conta a trajetória de João Guilherme Estrella, jovem de classe média alta carioca que se tornou um dos maiores distribuidores de cocaína da Zona Sul do Rio de Janeiro nos anos 90 e que abastecia grande parte da classe alta carioca, incluindo empresários e artistas.

Sua prisão causou certo fervor no meio social, pois sua namorada tinha um caderninho com os nomes dos "fregueses" anônimos e famosos. Baseado no depoimento do protagonista, de personagens envolvidos na trama, em documentos judiciais e na cobertura dada pela imprensa na época, o autor reconstitui a trajetória de João Guilherme desde sua infância até o abandono do tráfico.

Nascido no Leblon, criado no Jardim Botânico, João Guilherme foi um "filho" do milagre econômico brasileiro. Estudou em bons colégios, desfrutou de amizades influentes e foi um típico representante da Geração dos Anos 80. Seus colegas de classe hoje são figuras de destaque na música, no teatro, nas artes plásticas, no esporte, no mundo dos negócios. A facilidade para relacionamentos e sua penetração na alta sociedade carioca foram decisivas para seu sucesso no tráfico de drogas.

Um dos trunfos do livro é revelar como é fácil ganhar dinheiro com o tráfico de drogas. O senso comum reconhece em jovens pobres, negros e sem escolaridade os traficantes de drogas. Mas a obra mostra que muitos desses criminosos vêm de famílias de classe média. São pessoas com certo "status social" e que, por isso mesmo, passam despercebidas nas abordagens policiais.

Além de revelar as rotas do tráfico de cocaína entre a classe alta, a obra mostra como é simples a atividade do tráfico. Ao contrário do que pensa o senso comum, essa atividade não acontece exclusivamente em áreas de alta vulnerabilidade social, como comunidades carentes. Lugares corriqueiros, como no estacionamento de grandes supermercados, no meio da rua, bares da moda, de baixo da luz da sociedade civil organizada, ocorre intensa atividade de tráfico de drogas, tamanha é a sua penetração nas classes média e alta.

Ao retratar a prisão do traficante, a reportagem mostra o quanto a condição social influi na prisão e no destino de um infrator. As diferenças vão desde o tratamento dado pela polícia às possibilidades de defesa e reintegração a uma vida honesta. Com um pouco de dinheiro e amizades influentes, tudo fica muito mais fácil.

Na verdade, João Guilherme não teria motivos aparentes para se envolver com o tráfico. Afinal, teve uma boa educação e todas as possibilidades de se tornar um cidadão honesto. No entanto, três fatores contribuíram para o seu ingresso no mundo do crime: o dinheiro fácil, o próprio vício em cocaína e a crença na impunidade.

Na realidade, o diferencial do livro é o retrato humano que faz não apenas do protagonista, como dos personagens de classe média como ele que também acabam se envolvendo no tráfico de drogas. Esse retrato desmistifica a visão excludente e "desumanizadora" dos traficantes que permeiam o senso comum.

Por fim, a reportagem evidencia que parte significativa do narcotráfico está nas barbas da sociedade. As classes alta e média – vítimas em potencial da violência – estão envolvidas nessa trama na medida em que são grandes consumidoras da droga vendida. Parte expressiva das reportagens de cobertura policial aponta populações marginalizadas do sistema (negros e pobres em sua maioria) como um dos principais entraves para resolução das questões de segurança pública. Porém, esta grande reportagem revela que é preciso ir além.

Apesar de os setores mais expressivos da opinião pública reconhecerem no tráfico de drogas uma atividade ilegal e perigosa, parte significativa dos usuários de droga está nas classes média e alta. No entanto, essas pessoas não consideram que comprar e utilizar substâncias ilícitas seja crime.

Mesmo participando de atividades ilegais, como era o caso do João Guilherme, a classe média não se vê atrás das grades. No senso comum, esse é um lugar que historicamente pertence aos negros e pobres. Pensando desta forma, João Guilherme foi perdendo os limites no seu envolvimento com o narcotráfico até se envolver com grandes quantidades de droga em rotas internacionais.

A obra mostra ainda as deficiências do sistema penitenciário, em especial dos manicômios, para onde o protagonista foi encaminhado. Além de oferecerem tratamento inadequado e ineficaz a doentes mentais, até a época em que João Guilherme esteve internado (de outubro de 1995 a novembro de 1997), o Estado não oferecia tratamento específico para dependentes químicos.

4.6.1 Um filme de ação

O perfil de João Guilherme Estrella, um filho da burguesia que se insere no universo do tráfico de drogas, é escrito como um "romance-verdade". Embora baseada em fatos reais, a obra tem uma estrutura de narrativa clássica de romance, que segue a ordem cronológica dos acontecimentos da vida do protagonista.

Como já foi citado anteriormente, no caso do livro *Abusado – o dono do Santa Marta*, os episódios da vida do traficante são contados a partir da estrutura narrativa que contém elementos de dramaturgia (peripécias, clímax, curva de dramaticidade, suspense), ingredientes citados na obra de Doc Comparato (1993, p. 86).

Utilizando a classificação de livros-reportagem elaborada por Edvaldo Lima, a publicação se encaixa como perfil, já que a obra que procura evidenciar o lado humano de um jovem de classe média alta que ingressa no mundo do crime. Por suas características e circunstâncias de vida, o personagem central, de certa forma, personifica a forma como parte expressiva das classes média e alta enxergam a questão do consumo e tráfico de drogas ilícitas.

O fascínio que a obra provoca surge não apenas pela veracidade dos fatos, mas também pela forma como as situações são apresentadas ao leitor. Trata-se de um claro caso de reportagem de ação (*action-story*). Os fatos são apresentados de maneira movimentada, começando sempre pelo mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes, de tal sorte que o leitor fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme. No entanto, a história é real.

Um exemplo de como o autor se utiliza desses recursos, como precisão de tempo e espaço, fidelidade à fala, linguagem coloquial, curva dramática, encadeamento e desenho de ações, está num trecho onde a partir de uma peripécia, o leitor toma um “susto”, chegando a pensar que o protagonista já regenerado teria sucumbido e voltado ao mundo do crime. Mas, ao final do capítulo, descobre-se que tudo não passou de um sonho.

Quando finalmente acordou, João não tinha sequer uma ponta de dor de cabeça, e não reconheceu o lugar onde estava. Parecia tudo diferente, e não avistava Cláudia. Teria ela ido embora sozinha? Olhou em volta e viu uma porta de grade. Confuso, teve a impressão de estar preso de novo. Deu um pulo, sentou-se na cama e deu de cara com um de seus ‘fiscais’ do manicômio, colega de cela ‘vip’, que lhe repetira a mesma pergunta de sempre:

_ E aí Estrella? Como é que tava a rua?

_ Tava a mesma coisa cara. Tudo igual.

João nunca tinha tido um sono tão real (FIUZA, 2004, p.311).

4.6.2 O caminho das drogas

Se comparada à cobertura usual que a imprensa costuma fazer do tráfico de drogas, o livro *Meu nome não é Johnny: a viagem real de um filho da burguesia à elite do tráfico* apresenta uma série de diferenciais. O primeiro deles é mostrar a forma como a droga se apresenta aos jovens e a facilidade para seu consumo.

O livro traça todo um histórico de uso de drogas pelas classes média e alta ao longo dos anos 80 e início dos anos 90. Ao contar a história de João Guilherme, que era surfista, o autor mostra como os jovens passaram a encarar e a utilizar as drogas ilícitas ao longo de duas décadas.

Nesse sentido, a obra descreve a venda de drogas na Zona Sul do Rio de Janeiro como um paraíso para traficantes. Embora a questão do uso de drogas, principalmente de problemas com dependentes químicos, tenha se transformado em tema recorrente nos últimos anos, as quantias estimadas de consumo — e os locais (bares, boates, espetáculos etc) onde o uso se intensifica - pouco aparecem nos noticiários.

Por sua vez, poucas são as oportunidades que os jovens têm de dizer, na grande imprensa, quais são os motivos que os levam a usar estas substâncias. Salvo, é claro, o caso de dependentes químicos que já abandonaram ou lutam para abandonar o vício.

Outro diferencial é que o livro mostra a incalculável quantidade de consumidores de droga que não chega a um estágio degradante de vício, mas que, a exemplo do que aconteceu com João Guilherme, pelo consumo assíduo de drogas, acaba alimentando e potencializando o mercado ilegal do narcotráfico.

Em tom de denúncia, a publicação revela, ainda, a relação da polícia com usuários e vendedores de droga das classes média e alta. Estes segmentos não são vistos pelas forças repressoras como infratores comuns, visto que seu lugar social não é na cadeia, mas sim como oportunidade de ganhar dinheiro, num evidente esquema de corrupção. Por duas ocasiões, João Guilherme suborna a polícia com altas quantias e sequer é fichado na delegacia. Os policiais que ele suborna travam até uma relação amistosa com ele. Na verdade, nem a polícia enxerga os ricos e bem-nascidos como “elementos perigosos”. João Guilherme é preso somente numa grande operação da Polícia Federal por estar envolvido num grande esquema de tráfico internacional.

O alívio geral foi tamanho, que, consumado o pagamento, em vez de seguir cada um para seu lado, ficaram os três ali, na calçada, jogando conversa fora por um bom tempo. Durante o papo, um dos policiais brincava com uma granada, jogando-a de uma mão para outra. João pediu-a emprestado para vê-la melhor, pois nunca tinha visto aquele modelo. O policial passou-lhe a granada, e seu colega não acreditou no que via.

- Que isso, rapaz? Tá maluco? Como é que você põe uma granada na mão do cara? E se ele resolve explodir a gente?

- Que nada, tudo certo. Era só curiosidade – disse João, devolvendo o artefato. Os três riram juntos da situação (FIUZA, 2004, p.57).

Além, é claro, de João Guilherme, que tem seu perfil apresentado no livro, o jornalista humaniza traficantes, assassinos e assaltantes – colegas de cela do protagonista. Mesmo indicando a origem e pena desses criminosos, Guilherme Fiuza não faz julgamentos e aqueles que tiveram importância são apresentados sem preconceitos, com vez e voz, o que não se constata como prática usual da grande mídia.

Um dos exemplos dessa humanização é um colega de cela de João Guilherme na Polinter, onde o protagonista esteve preso até ser julgado. Traficante de drogas, o companheiro é chamado pelo autor de Mick Jagger da Praça Mauá e recebe a seguinte descrição:

Era um bandido, mas poderia ser um tribuno. O carisma e a capacidade de convencimento logo resultaram em conquistas ‘sociais’ inéditas para os companheiros de cela – como a encomenda eventual de lanches do McDonald’s, dependendo do guarda de plantão. A conquista rapidamente foi estendida a toda a galeria. Se preciso, Alcides agenciava a ‘importação’ de Big Macs para os colegas de outras celas (FIUZA, 2004, p.140).

4.7 WILLIE HORTON – UM OUTRO CONTEXTO SOCIAL

Escrito por David C. Anderson, responsável pela editoria de polícia do “The New York Times” no final da década de 80 e início da década de 90, o livro Crime and Politics of

Histeria: how the Willie Horton story changed American justice revela que a trajetória de um criminoso foi decisiva na campanha presidencial dos Estados Unidos em 1988, vencida por George Bush.

No ano de 1988, Willie Horton, assassino condenado à prisão perpétua, ganhou indulto de Natal para ver a família. No entanto, ao invés de ir para a casa, assaltou um casal de noivos em Maryland, espancou-os e ainda aproveitou a oportunidade para violentar a noiva diante do noivo.

O indulto à Willie Horton foi dado em função de um programa de readaptação desenvolvido por Michael Dukakis, então governador de Massachusetts. Na época, o estado foi responsabilizado pelo crime. Se o criminoso não tivesse recebido o indulto não teria tido a oportunidade para matar e violentar.

Durante a campanha presidencial, Dukakis foi apontado como culpado pelo crime por seu então opositor, George Bush, que acabou ganhando a eleição. Bush argumentava que sua política de segurança era ineficaz uma vez que, ao conceder indultos e dar oportunidade para os criminosos agirem, o Estado estava sendo negligente por estar colocando em risco a segurança dos cidadãos honestos. O que estava em jogo era o direito dos criminosos de se readaptarem em oposição ao direito de segurança dos cidadãos honestos.

The elevation of Horton from street criminal to monstrous folk villain implied awful questions about correctional management. No competent prison system could possibly be capable of releasing such a person for any reason, the argument went. Therefore, Fair's administration of Massachusetts corrections had to be hopelessly incompetent or corrupt (ANDERSON, 1995, p.192).

Ao analisar as implicações políticas do caso Willie Horton, o editor do The New York Times aponta cinco fatores que foram decisivos para a repercussão do caso na opinião pública. Posteriormente, o autor cita casos semelhantes que, trabalhados de forma sensacionalista pela mídia, desencadearam mudanças nos sistemas penal e jurídico e nas políticas públicas de segurança dos Estados Unidos.

O primeiro é a violência gratuita desses tipos de crime (assaltos seguidos de insultos e humilhações, homicídios e estupros), freqüentemente descritos como demonstrações de “monstruosidade”. O segundo aspecto seria o fato de as vítimas destas atrocidades serem freqüentemente pessoas brancas e de classe média. E, na maior parte das vezes, os agressores são negros, o que acirra ainda mais a questão racial.

O terceiro ponto em destaque é o fato que as vítimas desses crimes são em sua totalidade inocentes. Ou seja, são cidadãos honestos, que pagam seus impostos em dia e vivem dentro da lei. E os ataques acontecem, na maioria das vezes, quando as pessoas estão descansando com a família ou em suas casas. Crimes cometidos contra assaltantes, viciados, integrantes de gangues ou qualquer tipo de pessoas que sejam marginalizadas de alguma forma do sistema não causam indignação nem comoção.

O quarto tópico assinalado pelo autor é que os criminosos escolhem suas vítimas ao acaso. Não se trata de casos de desentendimentos entre vizinhos, crimes de vingança ou

passionais. O ataque vem ao acaso, de onde menos se espera e sem apresentar nenhuma justificativa racional.

Por fim, o jornalista acrescenta que a maioria destes crimes tem algum elo com o sistema penal. Desta forma, em muitas situações é possível argumentar que se o sistema penal fosse mais eficiente ou se a polícia tivesse trabalhado melhor, crimes desta natureza poderiam ter sido evitados.

A ocorrência crescente destes tipos de crime fez com que os Estados Unidos desenvolvessem uma política de confinamento de prisioneiros. É a descrença na reabilitação. Para evitar o risco de incidência de novos crimes hediondos, o sistema penal cessa as chances de reintegração de criminosos.

Daí o crescente número de prisões perpétuas e, em alguns estados norte-americanos, de condenações à morte. Essas medidas vêm acompanhadas do decréscimo de políticas de reeducação no sistema penal. O preço por desenvolver tais políticas, que nos últimos anos ocupam lugar de destaque na agenda política dos EUA, é manter dois milhões e meio de prisioneiros em suas casas de detenção.

Mas essa mudança na orientação penal e nas políticas de segurança surge, em parte, para responder ao anseio de uma população que se encontra refém do medo, dado o caráter aleatório do tipo de violência. Trata-se de um processo de identificação, uma vez que a classe média se coloca no lugar das vítimas das atrocidades. “When bad guys are killing bad guys, that’s one thing. But when they start killing regular people, that’s where you draw the line in the sand. That’s what’s driving people crazy” (ANDERSON, 1995, p.12).

Com esses argumentos, o autor identifica na recente história americana a passagem das sanções públicas dos Estados Unidos, ocorridas no final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, que evidenciam a mudança na punição da norma à punição do risco (VAZ, 2004).

Na punição da norma, que perdurou por mais de dois séculos nos EUA, os infratores das normas legais eram levados à reeducação para que pudessem voltar ao convívio social. Já na punição do risco, os infratores são isolados de forma a eliminar os riscos de novos delitos, mesmo que esse procedimento também represente o encerramento das possibilidades de reabilitação e retorno ao convívio social. Esta nova forma de punição conduz, ainda, a uma hierarquização de direitos nas sociedades democráticas.

Os direitos dos cidadãos honestos num patamar superior são colocados num patamar superior aos direitos dos infratores. O novo sistema não prevê uma segunda chance para quem infringe as leis do Estado. Os direitos são para aqueles que produzem, colaboram e pagam em dia seus impostos.

E, por fins políticos, de propaganda e para atender a uma demanda crescente da população, os governos são levados a atuar de forma implacável com os criminosos, voltando suas forças para os apelos da classe média, embora sejam eleitos para governar para todos.

The Willie Horton stories, intensifying public anxiety, greatly accelerated the expansion of the new expressiveness and helped give shape. Two features distinguish it from that of earlier eras. The first is that it makes special room for crime victims, allowing them to use

politics as personal therapy, a device for managing their particular anger and grief. The second is that it makes a target of criminal justice system, if not government in general – the authorities cannot expect to renege on the social contract and get away with it (ANDERSON, 1995, p.21).

Cabe ressaltar as diferenças entre o contexto social norte-americano e o brasileiro. A realidade social é distinta. Nos EUA há uma distribuição de renda mais equânime e a questão racial ainda é fator importante na agenda política. Isso faz com que a violência urbana ganhe outros contornos e conotações. Da mesma forma, o sistema penal é diferente. Mais numeroso e interligado a uma série de políticas de reintegração e assistência social, despende quantidade expressiva de recursos públicos.

4.7.1 Entre a reportagem e o ensaio

Baseado em documentos, reportagens, artigos, vídeos, entrevistas e depoimentos das principais figuras da história, inclusive Willie Horton, o livro *Crime and the Politics of Hysteria: how the Willie Horton story changed american justice* pode ser classificado como uma obra de reportagem de fatos (*fact-story*). Trata-se de um relato objetivo de acontecimentos narrados em sucessão, pela ordem de importância.

A escolha por essa forma de narrativa se deve ao fato de esta grande reportagem ser um misto de ensaio e atualidade, para usar as categorias para livros-reportagem (descritas anteriormente por Edvaldo Lima). A obra aborda um tema atual cujos desdobramentos finais ainda não são conhecidos. Ao mesmo tempo, apresenta a postura de ensaio, com presença muito evidenciada do autor e de suas opiniões sobre o tema, conduzida de tal forma a convencer o leitor a compartilhar do seu ponto de vista.

A escolha por esse gênero narrativo possibilitou a imparcialidade do relato dos fatos, mesmo porque a descrição de muitos deles é amparada em documentos oficiais. Do mesmo modo abriu caminho para o autor argumentar e defender seu ponto de vista, analisando num aspecto mais abrangente o que seria um caso policial ou, quando muito, uma estratégia eleitoral.

Essa postura enriqueceu a obra porque deslocou para os cenários político, sociológico e até mesmo filosófico, a discussão sobre a forma como os crimes afetam a sociedade americana. A argumentação do jornalista delinea os rumos das discussões e revela as mudanças no cotidiano das pessoas e nas práticas políticas dos EUA, ocorridas no final dos anos 80 e ao longo dos anos 90.

Estas novas condutas de segurança dos EUA repercutem, agora, em escala mundial. Embora a descrença na regeneração de infratores e nas políticas de eliminação de potenciais indivíduos de risco para a sociedade determinem políticas públicas de segurança e sejam aspectos fundamentais em campanhas eleitorais, essas práticas denotam mudanças no comportamento individual. São essencialmente posturas de caráter humano, de mudanças de valores humanos.

Esses aspectos ficam evidenciados nos relatos do acusado e também na repercussão que a cobertura do caso teve com os eleitores do *The New York Times*, reveladas pelo autor do livro, que era editor da área criminal do veículo na época em que Willie Horton cometeu o crime contra o casal de noivos.

Muitas das considerações do autor sobre essa mudança na postura dos cidadãos honestos para com os criminosos e, por conseguinte, alterações nas políticas públicas de segurança, surgem em grande parte devido à experiência na área criminal. A partir de sua rotina num dos maiores jornais do mundo, o jornalista pode apresentar dados concretos de transformações da natureza dos crimes e da postura da sociedade perante os mesmos.

Thus had the Horton case become the *locus classicus* for a new American folktale of crime and justice; it both arose from and encouraged a politics of fear that was now turning Americans away from principles that had governed their approach to law enforcement and penology for two centuries (ANDERSON, 1995, p.15).

A diferença da narrativa do caso Willie Horton para a cobertura usual da grande imprensa, tanto americana quanto brasileira, está em seus comentários e na costura que faz de casos semelhantes e do histórico de políticas de segurança e campanhas eleitorais elaboradas em seu ensaio. É um ensaio ancorado na experiência e numa pesquisa entre todas as partes envolvidas diretamente no crime.

Em sua pesquisa, o autor informa, ainda, ter utilizado obras de sociologia, direito, política e “marketing” para solidificar sua argumentação sobre as mudanças de comportamento dos cidadãos norte-americanos.

4.8 UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ao traçar esse quadro comparativo das obras analisadas neste estudo, inicialmente serão levantadas as diferenças entre os livros *Abusado — O dono do morro Dona Marta*; *CV_PCC – A irmandade do crime*; *Cidade Partida*; e *Meu nome não é Johnny*. Em seguida, serão delimitadas as alteridades com coberturas do passado (romance-reportagem Lúcio Flávio – o passageiro da agonia) e com outro contexto social (a reportagem-ensaio *Crime and Politics of Hysteria: how the Willie Horton story changed american justice*).

As reportagens foram escolhidas por tratarem, ainda que de forma diversa, da questão da criminalidade. O objetivo é apontar as diferenças entre os retratos apresentados nestas obras e a cobertura usual que periódicos fazem da questão da violência no Brasil. Comparadas entre si, as obras apresentam uma série de nuances surgidas em função da natureza de cada obra, do estilo dos autores e da própria postura dos jornalistas perante o tema. Além disso, todas elas divergem substancialmente da cobertura policial feita pela grande imprensa.

No livro *Abusado — O dono do morro Dona Marta*, o diferencial é o resgate histórico de forma mais humanizada da vida nas favelas do Rio de Janeiro. A partir da trajetória de Marcinho VP e da favela Santa Marta é possível ter noção do que é e do que já foi viver em uma favela. Trata-se de um universo, embora próximo geograficamente, pouco conhecido da maioria da sociedade civil organizada.

Pelos relatos apresentados no livro fica evidente a ausência do Estado no fornecimento de serviços básicos e a falta de perspectiva social. Na narrativa, ficam claros o desprezo e o preconceito dispensados aos moradores dessas comunidades não apenas pela classe média, como também pelos meios de comunicação de massa.

Parte deste desgaste também aparece em *Cidade Partida*. Porém, na obra de Zuenir Ventura esse aspecto é fundamentado em pesquisas históricas, o que acarreta um tom de

impessoalidade e distanciamento. E, mesmo assim, o viés focado é o da violência vivenciada pelos moradores das comunidades há pelo menos meio século.

Já em CV_PCC – A irmandade do crime, o principal traço distintivo é a revelação do funcionamento e do nível de organização dos criminosos no Brasil. A partir de uma perspectiva bastante realista, o autor mostra como as estruturas do chamado “crime organizado” estão intercaladas com as estruturas da sociedade civil organizada e com as instituições democráticas no Brasil.

A sustentação em depoimentos de elementos-chave na organização do Comando Vermelho e em documentos oficiais, muitas vezes sigilosos, acrescidos à experiência na área policial do autor, conferem à obra CV_PCC – A irmandade do crime caráter ainda mais verossímil. Conseqüentemente, a perspectiva pessimista ganha muito mais impacto e o retrato da fragilidade das instituições democráticas e das políticas públicas de segurança do Brasil assustam os leitores de classe média.

Em Cidade Partida, Zuenir Ventura revela que a violência sempre fez parte do cotidiano de comunidades carentes, mesmo nos chamados Anos Dourados (década de 50), apontada como apogeu da qualidade de vida no Rio de Janeiro. Esse quadro, ao lado do cotidiano da favela de Vigário Geral, sugere que o descaso e o tratamento violento do Estado para com as comunidades carentes marcaram o Rio nas últimas cinco décadas.

Por outro lado, a reportagem de Zuenir Ventura registra o surgimento da reação por parte da sociedade civil em relação à questão da violência. A partir de relatos e pesquisas históricas, o livro identifica que a sociedade só começou a lutar contra a violência depois que passou a ser vítima, direta ou indiretamente. É como se o despertar e a comoção surgissem a partir do momento em que a violência foge ao controle do Estado e passa a atingir ricos e pobres, indistintamente.

Numa perspectiva singular, o jornalista Guilherme Fiuza coloca a postura da classe média em questão em Meu nome não é Johnny. A reportagem desnuda a postura da classe média perante as drogas, mostrando as responsabilidades com a gravidade da questão. A mesma sociedade que integra movimentos contra violência e a principal consumidora de drogas.

Outro traço singular que fica subentendido é o determinismo social dos criminosos. Mesmo infringindo a lei e praticando atividades ilegais, a classe média não vislumbra a perspectiva de ir para a cadeia, para um presídio comum. Estes lugares estariam reservados a pobres e negros, principalmente. Até o tratamento dispensado pelas forças repressoras do Estado acompanha esta perspectiva.

O que resta de comum entre essas obras é a corrupção policial que aparece endêmica e como parte da história das corporações. Nesse sentido, são unânimes as denúncias sobre o tratamento desumano dispensado aos criminosos nos presídios e delegacias do país, onde a tortura parece ter se institucionalizado. Daí, o livro Memórias do Cárcere (Graciliano Ramos) — pioneiro ao denunciar as condições sub humanas do sistema penal brasileiro — estar sendo sempre citado nestas reportagens como referência ao tratamento dispensado nos presídios.

Vale ressaltar, ainda, que muitos personagens são comuns a mais de uma das obras em estudo. Parte da cúpula do Comando Vermelho aparece como coadjuvante na história de Lúcio Flávio. O mesmo grupo de traficantes protagoniza a obra que revela o surgimento da facção criminosa. E na reportagem de Caco Barcellos, os mesmos elementos são apresentados como modelos de conduta por Marcinho VP, uma vez que os fundadores do Comando Vermelho fizeram história no mundo do crime e servem de ídolos para os ingressantes na carreira da ilegalidade.

Neste mesmo jogo de cartas repetidas também estão policiais corruptos que deixaram sua marca nas corporações por que passaram. Um exemplo desse caso é o general Amauri Kruehl, que entrou para a história por ter criado o Esquadrão da Morte, segundo relato de Zuenir Ventura. A figura reaparece nas obras de Carlos Amorim e Caco Barcellos, quando o tema é violência policial e corrupção.

Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que o retrato da violência e dos criminosos traçado pela mídia se transformou substancialmente com o passar dos anos no Brasil. A partir do romance-reportagem Lúcio Flávio – o passageiro da agonia, percebe-se a visão ainda romântica dos criminosos na década de 70. No passado, os bandidos eram vistos como transgressores da lei e havia um certo tom de romantismo, de aventura e de ousadia em seus feitos.

Atualmente, na grande imprensa e até mesmo nestas reportagens, os criminosos são vistos e descritos como figuras que colocam em risco a segurança das pessoas. A sociedade teme a presença de negros e pobres que, justamente em função da imagem que têm na opinião pública, são vistos como indivíduos de risco. O único caso onde essa postura não se evidencia é o livro *Meu nome não é Johnny*, já que o traficante pertence à classe média alta carioca.

Já a trajetória de Willie Horton evidencia os rumos que a questão da criminalidade tomou nos Estados Unidos. Para chegar a tal conclusão, a obra *Crime and the Politics of Hysteria: how the Willie Horton story changed american justice* amplia a discussão para o caráter político e comportamental. Talvez pelo fato de a violência não estar tão diretamente vinculada à miséria nos EUA, mas à delinquência e ao ódio social, a narrativa direciona o centro do debate para o uso político do problema da criminalidade.

Ao propor um debate mais abrangente e reconhecer a natureza política do assunto, o autor chega a questionar a efetiva possibilidade de convivência democrática nos EUA. O interesse por manter essa política de isolamento dos indivíduos perigosos demonstra interesses nitidamente eleitorais contemplando setores e correntes políticas conservadoras da sociedade norte-americana. Entendendo-se, aí, democracia como o convívio das diferenças agenciado pelos governos eleitos pelos pares.

Sob esse aspecto, as reportagens brasileiras não alcançam tal profundidade de debate ideológico. Talvez pela complexidade dentre os atores sociais envolvidos no problema da violência no Brasil as discussões não atingem tal esfera de abstração. Somente na obra de Carlos Amorim é que, eventualmente, o uso eleitoral do problema da violência entra em discussão. Isso ocorre também a partir da análise feita das políticas públicas de segurança nas últimas duas décadas no Brasil.

Guardadas as diferenças econômicas, sociais e culturais entre Brasil e Estados Unidos, percebe-se a similaridade no tratamento dado a criminosos. Ainda que de forma distorcida em função das deficiências dos sistemas penal e jurídico brasileiros, a apropriação de práticas e discurso de combate ao risco pode ser percebida não apenas nas reportagens analisadas, como também nas plataformas políticas e nos debates oficiais sobre políticas de segurança pública que vem sendo desenvolvidos nos últimos dez anos no Brasil.

5 CONCLUSÃO

Nas respostas ao questionário que lhes foi encaminhado (ver anexo I), os jornalistas Carlos Amorim e Guilherme Fiúza revelam como foi o processo de elaboração de suas reportagens. Suas falas transparecem um pensamento que, a partir da análise feita da cobertura usual dos grandes veículos de comunicação, pode ser encarada como majoritária por parte dos jornalistas.

Ao encararem os traficantes como inimigos e reconhecerem estar numa situação de constante vulnerabilidade, os jornalistas indicam que grande parte dos profissionais da grande imprensa deve estar nesta mesma situação ou, pelo menos, pensar desta mesma forma. Na realidade, seus depoimentos flagram uma classe média assustada com a realidade do risco, com o perigo para sua segurança e para seus familiares.

Ainda que suas obras tivessem um rico trabalho de concepção, elaboração e preparação, destacando-se, e muito, do que diariamente é apresentado a leitores, encarar a problemática da violência desta forma remete a um tipo de cobertura que preconiza a valorização de dramas individuais e, por conseguinte, a fragilização da cobertura cotidiana.

O cerne da questão para que haja avanços significativos na cobertura está na mudança de concepção do jornalista sobre o retrato que traça da realidade e as implicações de sua prática cotidiana. Ainda que haja grandes interesses políticos e econômicos envolvendo as empresas jornalísticas, o ofício do jornalista ainda conserva uma certa autonomia, explícita na autonomia para a apuração e na escolha da forma e estrutura mais adequada de preparar o seu texto.

Nesse sentido, até que ponto os preconceitos e as visões conservadoras de enxergar questão da violência não podam possibilidades de um discurso plural, concentrado nas questões essenciais para a violência no Brasil? Para responder essa resposta, somente criando alternativas de convivência e integração com outros setores da sociedade.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o tratamento de *fait divers* concedido à questão da violência. Há pelo menos uma década e meia esta se tornou uma das questões nacionais mais complexas. Por tanto, para se entender o tema e promover o debate democrático faz-se necessário o aprofundamento da cobertura nesta área. Não basta apenas mostrar o que os traficantes fazem às pessoas de bem. É preciso investigar o seu dia-a-dia mostrando o descaso do Estado para com estas comunidades e contribuindo para desmistificar a o mito de que os favelados são uma ameaça em potencial à classe média.

Por serem representantes da classe média e endereçarem seu trabalho para a classe média, os jornalistas impregnam, ainda que de forma quase inconsciente, seu trabalho destes valores que nem sempre contribuem para a construção de um jornalismo cívico, voltado para o fortalecimento das instituições democráticas.

Nesse sentido, em função dos diferentes projetos, as grandes reportagens trazem inovações e contribuições ao jornalismo, enriquecendo sua prática e delimitando novas perspectivas que podem ser apresentadas na imprensa diária, ainda que exclusivamente pelos jornalistas.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Cristina Costa. Nelson Rodrigues e a Reportagem Policial : **Realidade x Ficção**. Monografia de Graduação de Comunicação Social. Rio de Janeiro, Uerj, 2001. Cadernos de Comunicação 2, Série Estudos, Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

AMORIM, Carlos. **CV_PCC – A irmandade do crime**. São Paulo: Record, 2004.

ANDERSON, David C. **Crime and the Politics of Histeria**: how the Willie Horton story changed american justice. New York: Random House, 1995.

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: o dono do morro Dona Marta. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001

BATISTA, Malaguti Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

COMPARATO, Doc. **Roteiro: arte e técnica de escrever para cinema e televisão**. Roio de Janeiro: Nórdica, 1983.

FIUZA, Guilherme. **Meu nome não é Johnny**: a viagem real de um filho da burguesia à elite do tráfico. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GARLAND, D. **The Culture of Control**:crime and social order in contemporary society. Chicago: University Chicago Press, 2001.

IBGE, **Censo Demográfico 2000**. Elaboração DISOC/IPEA a partir de MS/SVS/SIM, MS-DATASUS. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>> Acesso em: 31 mai. 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Unicamp, 1993.

LOUZEIRO, José. **Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975.

MISSE, Michel. **Tradições do Banditismo Urbano no Rio**: invenção ou acumulação social?. Semear, Rio de Janeiro, Vol. 6.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: como os jornais tratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Relatório preliminar da pesquisa**. In: CESEC/UCAM, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ucam.br>> Acesso em: 31 mai. 2005.

REINER, Robert. **Media Made Criminality**: the representation of crime in the mass media, in Oxford Handbook of Criminology, 3rd. Edition. Edited by M. Maguire, R. Morgan, and einer, pp. 376-416. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SODRÉ, Muniz ; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo, Summus, 1986.

TODOROV, Tzvetan. **Estruturalismo e Poética**. São Paulo: Cultrix, 1973.

VAZ, P; CAVALCANTI, Mariana ; CARVALHO, Carolina Sá ; JULIÃO, Luciana . **Pobreza e Risco**: a imagem da favela no noticiário de crime. In: XIV Encontro Anual da COMPÓS, 2005, Niterói. XIV Encontro Anual da COMPÓS. Niterói : Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM-UFF, 2005. v. 1. p. 22-22.

VAZ, P. **Risco e Justiça**. In: Tereza Cristina B. Calomeni. (Org.). Michel Foucault - Entre o murmúrio e a palavra. 1. ed. Campos, 2004, v. 1, p. 101-131.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1994.

WILLENS, Emílio. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre: Editora Globo, 1950 .

7 ANEXOS

7.1 ANEXO A

Entrevista com o jornalista Carlos Amorim.
(11/06/2005)

1. Em que pontos a cobertura apresentada em seu livro difere da cobertura policial da grande imprensa?

Carlos Amorim - O livro procura traçar o nexos histórico, com uma abordagem sociológica da questão da violência urbana, da criminalidade e do crime organizado. Estes são cenários diferentes que se intercomunicam. A imprensa não tem tempo - ou não tem interesse - nesse tipo de abordagem. Fica o fato pelo fato, sem conclusões. Procurei o aprofundamento, sem perder a visão jornalística e o texto da reportagem.

2. Até que ponto a cobertura policial influi na forma como a sociedade lida com a violência?

Carlos Amorim - A mídia é um espelho da sociedade. Pode ser um daqueles espelhos cristalinos - ou pode ser daqueles de circo, que distorcem a imagem. Mas, certamente, a mídia não cria violência. Esta vem de razões objetivas, históricas, ligadas ao modo de vida, de apropriação e de distribuição da riqueza numa sociedade determinada. Desse ponto de vista, os clássicos têm razão. Quando você junta opulência e miséria, o choque é inevitável. Até onde consigo ver, a situação brasileira tende mais ao agravamento do que à solução.

3. Como foi o seu relacionamento com as fontes do livro?

Carlos Amorim - Quando você pretende o distanciamento crítico, a equidistância, o relacionamento com fontes é sempre difícil. No caso dos meus dois livros sobre o crime organizado, o lado oficial foi sempre mais complicado do que o porão da criminalidade. Nunca sofri intimidações de bandidos, mas recebi muitas pressões de governos. Nenhuma das minhas fontes - felizmente - foi vítima de represálias. Além do mais, vivemos num país conflagrado.

Em minha carreira, cobri duas guerras (Angola e Nicarágua), mas nunca vi tanta barbaridade quanto aqui. Naqueles lugares, os prisioneiros de guerra não eram estripados, esquartejados e incinerados como aqui. No máximo eram deixados ao sol.

O Brasil desenvolve - e curte - uma cultura do terror. Está na luta assassina pelo controle dos pontos de venda de drogas (que não poupa os "civis"). Está na música popular das comunidades pobres. Na forma de se vestir. Infelizmente, o país caminha para uma situação colombiana.

4. Por que fazer um livro-reportagem sobre criminalidade?

Carlos Amorim - Por que fazer uma tese acadêmica sobre isso? A resposta é quase óbvia: vivemos assim, isto está em nossa vizinhança, nas escolas, no medo de sair à rua de noite. Precisamos pensar e escrever sobre isso. Talvez algum de nós, em algum momento, encontre as respostas certas.

5. Como foi a repercussão de seu livro?

Carlos Amorim - Meus livros foram adotados em muitas universidades, aqui e no exterior. Viraram fontes de consulta e referência, até na Casa Branca e no Congresso dos EUA. Mas aqui nunca vi nenhuma consequência em políticas públicas. De todo modo, muitos leitores se tornaram mais conscientes do problema.

6. Na sua opinião, por que publicações abordando esse tema têm crescido nos últimos anos no Brasil?

Carlos Amorim - O interesse pela criminalidade cresce na medida em que a violência tem se democratizado no Brasil. Antes era uma coisa de favelas e periferias. Agora está em todo lugar. Antes era coisa de pobre — agora a burguesia não se sente mais segura. A mídia, como espelho, reflete tudo isso.

7. Quais são as peculiaridades do jornalismo investigativo na área policial?

Carlos Amorim - Tenho uma certa implicância com essa história de "jornalismo investigativo". Repórter que aceita a primeira versão de uma história não serve para nada. O cara precisa encontrar os motivos, as cumplicidades, as consequências. Jornalismo é a arte — ou deveria ser — de ir mais fundo.

7.2 ANEXO B

Entrevista com o jornalista Guilherme Fiuza.
(10/06/2005)

1. Em que pontos a cobertura apresentada em seu livro difere da cobertura policial da grande imprensa?

Guilherme Fiuza - A abordagem da questão do tráfico de drogas é feita predominantemente pelos ângulos social e econômico, ou ainda o bélico. Acho que, neste aspecto, a diferença de "Meu nome não é Johnny" é abordar a questão do tráfico pelo ponto de vista essencialmente humano. Talvez seja quase uma biografia, tentando levar o leitor para dentro da cabeça do traficante.

2. Até que ponto a cobertura policial influi na forma como a sociedade lida com a violência?

Guilherme Fiuza - Durante muito tempo os jornais deram um tratamento, vamos dizer, sedutor, à figura do bandido, muitas vezes apresentando-o com um poder exagerado em relação ao que ele realmente tinha. Isto servia para aumentar o medo geral, e também para fortalecer o próprio bandido em seu universo. Hoje a imprensa tem tido o cuidado de não supervalorizar o bandido.

3. Como foi o seu relacionamento com as fontes do livro?

Guilherme Fiuza - Tive sorte no meu relacionamento com as fontes. A principal, o protagonista, concordou em ser apresentada com seu nome real, o que reforçou bastante o valor da reportagem. Também tive grande receptividade quando consegui encontrar os policiais federais que investigaram, cercaram e prenderam João Guilherme. Eles reconstituíram toda a operação e me deram a noção exata da dimensão que João tinha no tráfico.

4. Por que fazer um livro-reportagem sobre criminalidade?

Guilherme Fiuza - Minha motivação não foi fazer uma reportagem sobre criminalidade. Estava diante de um caso jornalisticamente muito interessante, e achei que aquela história valia um livro.

5. Como foi a repercussão de seu livro?

Guilherme Fiuza - A repercussão do livro foi bastante ampla (chegou à terceira edição em menos de um ano) e positiva. Eu até esperava possíveis processos judiciais contra o meu personagem, considerando que ele fazia confissões bastante graves sobre seus crimes, mas acho que predominou a sensação geral de que ali estava uma trajetória de regeneração. O livro despertou também o interesse de vários produtores de cinema, sendo finalmente vendido para a produtora Mariza Leão, em parceria com a Columbia Tristar Filmes, e chegará às telas em 2006.

6. Na sua opinião, por que publicações abordando esse tema têm crescido nos últimos anos no Brasil?

Guilherme Fiuza - Acho que existe uma mistura de perplexidade e curiosidade em relação ao mundo do crime, especialmente o do tráfico de drogas nas grandes cidades. É um problema que em geral está ali na esquina, envolve violência e sedução (poder e prazer associados à droga), e ao mesmo tempo é hoje a principal ameaça à segurança das pessoas de bem. Elas querem conhecer melhor o inimigo.

7. Quais são as peculiaridades do jornalismo investigativo na área policial?

Guilherme Fiuza - O jornalismo investigativo na área policial é muito dependente do que as próprias polícias, corporações muito fechadas, estão dispostas a contar para os repórteres. Talvez sua maior peculiaridade seja a dificuldade de se encontrar e conquistar uma fonte policial que seja ao mesmo tempo confiável e bem informada. Nos últimos tempos, de positivo, houve o aumento das fontes no Ministério Público para o jornalismo policial. De negativo, a dificuldade crescente em circular nas áreas controladas pelos bandidos, que deixaram de conferir o antigo "habeas corpus" à figura do repórter.